

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

TEOLOGIA

Matheus Bravo Magalhães

**ASPECTOS CRISTOLÓGICOS
DO QUARTO EVANGELHO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**São Paulo
2022**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Matheus Bravo Magalhães

**ASPECTOS CRISTOLÓGICOS
DO QUARTO EVANGELHO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade Nossa Senhora da Assunção, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob orientação do Prof. Ms. Pe. Dayvid da Silva.

**São Paulo
2022**

Dedico este trabalho a Santíssima Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo. A Bem-Aventurada Virgem Maria, invocada sob o título de Mãe da Igreja. A São José Patrono Universal da Igreja. Ao Santo Padre, o Papa Francisco. Aos meus pais Aparecido e Carlinda. Ao meu Bispo Dom Frei João Bosco Barbosa de Souza, OFM. Aos meus formadores na pessoa do Pe. Vagner João Pacheco de Moraes. Aos meus irmãos de seminário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente por ter me concedido o dom da vida, em segundo lugar, por ter me chamado a servi-lo na Igreja e nos irmãos em Cristo. Agradeço a Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus e minha Mãe. Agradeço a São José Patrono Universal da Igreja. Agradeço a Santo Antônio de Pádua e São João Paulo II, padroeiros da Diocese de Osasco.

Agradeço aos meus pais, Aparecido e Carlinda, pois foram instrumentos de Deus para que eu viesse ao mundo e me educaram na fé da Igreja Católica Apostólica Romana. Agradeço aos meus avôs paternos José e Antônia, e aos meus avôs maternos Vicente (*In memoriam*) e Maria. Agradeço aos meus amigos e familiares, que ao longo dessa jornada me ajudaram direta ou indiretamente.

Agradeço ao Seminário São José, na pessoa do Reitor Pe. Vagner João Pacheco de Moraes e do Vice-Reitor Pe. Dr. Gilvan Leite de Araújo, por sempre estarem preocupados com o nosso bem-estar e com a nossa formação espiritual, intelectual e humano-afetiva. Agradeço ao Pe. Fábio Rosário, meu Diretor Espiritual, por me ajudar no processo de configuração a Jesus Cristo, o Bom Pastor. Agradeço a Igreja Particular de Osasco, na pessoa do seu Bispo Diocesano Dom Frei João Bosco Barbosa de Souza, OFM. Agradeço também ao Pe. Marcos Martiniano da Silva e Pe. Gilmar Raimundo de Santana, que muitas vezes me aconselharam e ajudaram com os seus testemunhos de vida.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na pessoa do Prof. Ms. Pe. Dayvid da Silva, que me acompanhou na elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, no qual saúdo todo o corpo docente da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

*“Eu sou o caminho, a verdade e a vida.
Ninguém vai ao Pai senão por mim”*

Jo 14,6.

RESUMO

Este trabalho visará examinar a relação tipológica que há entre a passagem do Ex 3,14, onde Deus diz a Moisés: “Eu Sou Aquele que Sou” também conhecido como o Tetragrama Sagrado; com o Quarto Evangelho, mais especificamente as partes onde Jesus usa o termo “Eu Sou” absoluto, como em: “Eu vos disse que morrereis nos vossos pecados. De fato, se não crerdes que ‘Eu Sou’, morrereis em vossos pecados”; em Jo 8,28: “Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então sabereis que ‘Eu Sou’, e que nada faço por mim mesmo, mas falo conforme o Pai me ensinou”; em Jo 8,58: “antes que Abraão existisse, Eu Sou”; e, por fim, em Jo 13,19: “Digo-vos isso agora antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que Eu Sou”. De igual modo, o trabalho quer apresentar uma visão cristológica, a partir da Sagrada Escritura, mais particularmente, partindo do Quarto Evangelho. Esse tema é importante para combater uma visão ariana ainda hoje muito presente dentro da doutrina de algumas religiões ditas cristãs. Servirá também para que o leitor tenha um conhecimento mais aprimorado acerca da figura de Jesus Cristo. A cristologia sempre foi e sempre será um aspecto fundamental da teologia católica. Assim pretende-se elaborar uma pesquisa que busque as raízes bíblicas e dogmáticas da cristologia. Com o objetivo de recordar a fé imutável da Igreja Católica a respeito da Pessoa e Obra de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Palavras-chave: Jesus Cristo, Cristologia, Dogmas Cristológicos.

ABSTRACT

This work will aim to examine the typological relationship that exists between the passage of Ex 3,14, where God says to Moses: “I am who I am”, also known as the Sacred Tetragrammaton; with the Fourth Gospel, more specifically the parts where Jesus uses the absolute term “I Am”, as in: “I told you that you would die in your sins. Indeed, if you do not believe that 'I am,' you will die in your sins”; in Jn 8:28: “When you have lifted up the Son of Man, then you will know that 'I am', and that I do nothing of myself, but I speak as the Father taught me”; in Jn 8,58: “before Abraham was, I am”; and, finally, in Jn 13:19: “I tell you this now before it happens, so that when it happens you may believe that I am”. In the same way, the work wants to present a Christological vision, starting from Sacred Scripture, more particularly starting from the Fourth Gospel. This theme is important to combat an Aryan vision that is still very present today within the doctrine of some so-called Christian religions. It will also serve for the reader to have a better knowledge about the figure of Jesus Christ. Christology has always been and always will be a fundamental aspect of Catholic theology. Thus, it is intended to elaborate a research that seeks the biblical and dogmatic roots of Christology. In order to recall the unchanging faith of the Catholic Church regarding the Person and Work of Our Lord Jesus Christ.

Keywords: Jesus Christ, Christology, Christological Dogmas.

LISTA DE ABREVIATURAS

AG Ad Gentes

CaIC Catecismo da Igreja Católica

DCE Deus Caritas Ets

DS Denzinger, Heinrich. Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. Atualizada por Johan Konings, com base na 43ª ed. Alemã (2010), preparada por Peter Hünermann e Helmut Hoping – 3ª ed. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.

DV Dei Verbum

GS Gaudium et Spes

DI Dominus Iesus

DAP Documento de Aparecida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. – CAPÍTULO I – ANÁLISE DO “EU SOU” EM EX 3,14 E JO 8,12-59; 13,1-20.	12
1.1 – LIVRO DO ÊXODO	12
1.1.2 – ANÁLISE DO “EU SOU” EM EX 3,1-15	15
1.2 – O QUARTO EVANGELHO	17
1.2.1 – O uso do “Eu Sou” no Capítulo 8 de João	19
1.2.2 – Jesus, Luz do Mundo (Jo 8,12-20)	20
1.2.3 – Origem e destino de Jesus (Jo 8,21-30).....	23
1.2.4 – A Verdade liberta (Jo 8,31-38)	24
1.2.5 – Os verdadeiros filhos de Abraão (Jo 8,39-47).....	26
1.2.6 – Jesus e Abraão (Jo 8,48-59)	27
1.2.7 – O uso do “Eu Sou” no episódio do Lava-pés (Jo 13,1-20).....	30
2 – CAPÍTULO II – CRISTOLOGIA: JESUS CRISTO, O FILHO DE DEUS	34
2.1 – A Cristologia e o Quarto Evangelho	34
2.2 – Jesus, Verdadeiro Deus	37
2.3 – Jesus, Verdadeiro Homem.....	41
2.4 – Jesus Cristo, o Mediador entre Deus e os Homens.....	45
3 – CAPÍTULO III – O DOGMA CRISTÓLOGICO.....	50
3.1 – O período inicial: O docetismo gnóstico.....	51
3.2 – O segundo período: Os Concílios de Niceia e Constantinopla	52
3.2.1 – O arianismo e a resposta do Concílio de Niceia.....	54
3.2.2 – O apolinarismo e a resposta do Concílio de Constantinopla.....	57
3.3 – O terceiro período: Os Concílios de Éfeso e de Calcedônia.....	59
3.3.1 – O nestorianismo e a resposta do Concílio de Éfeso	61
3.2.1 – O monofisismo e a resposta do Concílio de Calcedônia.....	62
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	68

INTRODUÇÃO

A fé cristã, consiste justamente na profissão de fé em Jesus Cristo, que na encarnação revelou o Deus Uno e Trino; “Criador do Céu e da Terra” (DS, n.30); além de desvelar o projeto de salvação da humanidade. Quando o homem entra em contato com a Verdade Revelada por Jesus Cristo, automaticamente ele se questiona:

“De onde viemos?” “Para onde vamos?” “Qual é a nossa origem?” “Qual o nosso fim?” “De onde vem e para onde vai tudo o que existe?” As duas questões, a da origem e a do fim, são inseparáveis. E são decisivas para o sentido e para a orientação da nossa vida e do nosso proceder. (CaIC, n.282).

Além disso, crer significa submeter-se livremente à palavra dita por Jesus Cristo (cf. CaIC, n.144), visto que Ele é a Palavra do Pai (Jo 1,1-18). Pela fé, o homem submete-se completamente a Deus, isto é, seu corpo e sua alma, sua inteligência e sua vontade, dão plena adesão à vontade Deus (cf. CaIC, n.143). A fé vem através da pregação (Rm 10,17), uma vez escutado o anúncio do Evangelho, o homem toma consciência de que veio de Deus e deve voltar para Ele (cf. CaIC, n.27). Portanto, a experiência que gera a fé, é precisamente o encontro com o Ressuscitado (At 9,1-9).

O primeiro capítulo, partindo da passagem de Ex 3,14, onde Deus aparece a Moisés dizendo: “Eu Sou Aquele que Sou”; e de algumas passagens do Evangelho de João, onde Jesus faz uso desse termo, como por exemplo, Jo 8,12: “Eu sou a luz do mundo”; Jo 8,18: “Sou eu que dou testemunho de mim mesmo, e o Pai, que me enviou, também dá testemunho de mim”; Jo 8,23: “Vós sois de baixo, eu sou do alto. Vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo”; Jo 8,24: “Eu vos disse que morrereis nos vossos pecados. De fato, se não crerdes que ‘Eu Sou’, morrereis em vossos pecados”; Jo 8,28: “Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então sabereis que ‘Eu Sou’, e que nada faço por mim mesmo, mas falo conforme o Pai me ensinou”; Jo 8,58: “antes que Abraão existisse, Eu Sou”; e, por fim, Jo 13,19: “Digo-vos isso agora antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que Eu Sou”. O evangelista cita ainda outras passagens onde Jesus pronuncia o “Eu Sou”. Contudo, para delimitar a pesquisa, essas passagens só serão citadas, na medida em que elas contribuirão para a explicação do tema abordado.

O segundo capítulo procura apresentar: quem é a pessoa de Jesus Cristo? Qual foi a sua missão? Quais obras Ele realizou no meio dos homens? E, finalmente, qual a sua

importância para o gênero humano? Primeiramente, o capítulo começa por dissertar a relação existente entre a cristologia e o Quarto Evangelho. Depois discorre sobre a natureza divina de Cristo, porque Jesus Cristo é Verdadeiro Deus, Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado do Pai desde toda a eternidade (cf. DS, n.150). Após falar da natureza divina de Cristo, o trabalho fala da natureza humana de Cristo. Jesus é também Verdadeiro homem, possuidor de um corpo humano e de uma alma racional. Por ter um corpo verdadeiramente humano, Jesus nasceu de uma mulher (Mt 1,16), cresceu e se desenvolveu como qualquer outro homem (Lc 2,52), teve fome (Mt 4,2), chorou (Jo 11,35) e morreu (Mt 27,45-50; Mc 15,33-39; Lc 23,44-46 e Jo 19,28-30); mas, a morte não foi o fim, porque Ele ressuscitou (Jo 20,8.19-23.26-29).

Nessa linha de raciocínio, o terceiro capítulo procura mostrar a relação entre as definições dogmáticas dos concílios com o conteúdo herético acerca da figura de Jesus Cristo. Pois, para compreender o teor dos dogmas, é preciso antes entender quais foram as heresias que levaram a sua formulação. Algumas das heresias cristológicas citadas são: o adocionismo, o docetismo, o apolinarismo, o arianismo e o nestorianismo. A história dos dogmas cristológicos só foi possível “graças” a essas heresias, que fizeram com que a Igreja tivesse de refletir a luz da Sagrada Escritura sobre a pessoa e obra de Jesus Cristo.

1. – CAPÍTULO I – ANÁLISE DO “EU SOU” EM EX 3,14 E JO 8,12-59; 13,1-20.

O primeiro capítulo deste trabalho pretende abordar o termo “Eu Sou” a partir da narrativa do episódio da sarça ardente, em Ex 3,14, e de Jo 8,12-59 e 13,1-20; principalmente das seguintes passagens: em Jo 8,12, Jesus fala: “Eu sou a luz do mundo”; em Jo 8,18, Jesus diz: “Sou eu que dou testemunho de mim mesmo, e o Pai, que me enviou, também dá testemunho de mim”; em Jo 8,23, Jesus enuncia: “Vós sois de baixo, eu sou do alto. Vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo”; em Jo 8,24, Jesus revela: “Eu vos disse que morrereis nos vossos pecados. De fato, se não credes que ‘Eu Sou’, morrereis em vossos pecados”; em Jo 8,28, Jesus alega: “Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então sabereis que ‘Eu Sou’, e que nada faço por mim mesmo, mas falo conforme o Pai me ensinou”; em Jo 8,58, Jesus declara: “antes que Abraão existisse, Eu Sou”; e, por fim, em Jo 13,19, Jesus prediz: “Digo-vos isso agora antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que Eu Sou”. Existem ainda muitas outras passagens do Evangelho de João, nas quais se pode trabalhar a questão do “Eu Sou”, porém, para delimitar a pesquisa, foi optado por analisar apenas os capítulos 8 e 13 do Quarto Evangelho.

Neste capítulo, a pesquisa irá se dividir em dois blocos: o primeiro vai estudar a questão do “Eu Sou” no Livro do Êxodo, fazendo primeiro uma introdução geral ao Êxodo, para depois, analisar o episódio da sarça ardente; o segundo vai averiguar o emprego do “Eu Sou” no Quarto Evangelho, notadamente, nos versículos já citados acima.

1.1 – LIVRO DO ÊXODO

Dentro do conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia, chamado de Pentateuco, a saber, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, interessa particularmente, o segundo livro desse conjunto, isto é, o Livro do Êxodo. Conforme Garcia López (2004, p.109),

O segundo livro da Bíblia narra a saída dos israelitas do Egito e a sua chegada ao monte Sinai. Pela situação dos hebreus no Egito, a sua saída dali foi uma autêntica libertação, fato que se transformou em artigo fundamental do credo de Israel (cf. Dt 26,5-9). O monte Sinai se encontra no meio do deserto como cenário e testemunho privilegiado da revelação de Deus, de sua aliança com o povo e da entrega da lei. A singularidade desses

acontecimentos faz do livro do Êxodo um dos livros mais importantes e mais lidos da Bíblia.

Segundo Ska (2016, p.118), o fio condutor do Livro do Êxodo é a “presença de Deus”, por isso, Deus se revela a Moisés nos capítulos 3 e 4, depois, se apresenta a Israel nos capítulos 19 e 20 e de novo a Moisés nos capítulos 32 a 34; e, para manifestar a sua proximidade em relação ao povo eleito, Deus, por meio de Moisés, realiza a libertação de seu povo da escravidão do Egito. Portanto, Deus, no Antigo Testamento, mostra-se um Deus presente e não ausente na história de seu povo.

O Livro do Êxodo está dividido em três grandes partes, segundo Garcia López (2004, p.111):

- **Ex 1,1-15,21:** narra a saída do Egito, além de mostrar o problema fundamental de quem é o verdadeiro governador do povo de Israel, conseqüentemente, surge uma questão, a quem o povo de Israel deve servir: ao faraó ou ao Senhor? O tema em questão é desenvolvido dos capítulos 7 a 11. O faraó está com o coração endurecido e não quer libertar os israelitas, Deus usará isso como um meio de mostrar o seu poder: “Os egípcios saberão que eu sou o Senhor, quando eu estender minha mão contra o Egito e fizer sair os israelitas do meio deles” (Ex 7,5). Então, o Senhor mandou as pragas sobre os egípcios, mas, quanto mais os egípcios eram afligidos pelas pragas, mais os seus corações ficavam insensíveis a Palavra de Deus (Ex 7-11). Por fim, depois da morte dos primogênitos, os egípcios finalmente libertam os israelitas da servidão (Ex 12,29-33). Segundo Andinach (2010, p.166),

A narrativa das pragas é uma composição cuidadosamente construída, que tem por objetivo criar um clima particular, no qual existe, desde o início, uma tensão que vai aumentando até produzir, na décima praga, uma explosão de dimensões quase cósmicas. Não deveríamos esperar menos, já que estamos presenciando o nascimento de uma nação. Não há mais como voltar atrás. Os israelitas sairão de sua escravidão e começarão a construir sua própria identidade como povo livre, sujeitos somente a seu Deus. A narrativa das dez pragas bem poderia ser lida como um trabalho de parto, em que as dores ficam mais intensas após cada intervalo regular entre as contrações até chegar o momento do esforço final, que trará à luz do dia uma nova criatura. No nível semântico, estão envolvidas simultaneamente várias coordenadas, que conduzem o leitor a esse desfecho, que se revela como inevitável e cujo principal responsável é a obstinação do faraó. Deus está por trás de cada detalhe, mas o responsável pela violência desenfreada é o próprio faraó. Há nisso uma sutileza social, pois o opressor mostra toda a sua incapacidade de perceber que seu projeto não somente é desumano para com os escravos, mas também socialmente inviável.

Porém, logo após a saída dos israelitas, Deus endurece o coração do faraó, fazendo-os ir atrás do povo de Israel. Contudo, Deus mostra o seu poder, abrindo o mar para os israelitas atravessarem a pé enxuto, enquanto os egípcios foram afogados por ele (Ex 14). Nesses

capítulos do Livro do Êxodo, o Senhor revela sua autoridade máxima sobre todas as coisas, Ele é o único Deus de Israel. Conforme Ska (2003, p.43),

As pragas do Egito e a passagem do mar provam que ‘ele é YHWH’, enquanto o faraó dizia: ‘Não conheço YHWH’ (Ex 5,2). Daí por que aparece tantas vezes, nessa parte do Êxodo, a ‘fórmula de reconhecimento’ (cf. 7,5.17; 8,6.18; 9,14.29; 10,2; 11,7; 14,4.18): ‘para que saibais/saibam que eu sou YHWH.

- **Ex 15,22-18,27:** narra a caminhada do povo pelo deserto. É a passagem do povo de Israel, que sai da terra da escravidão, para entrar no deserto do Sinai. Agora, o Senhor é o soberano de Israel, é Ele quem vai resolver os problemas do povo: quando o povo tem sede, é o Senhor quem providência a água (Ex 15,22-27; 17,1-7); quando o povo tem fome (16), Deus responde-lhes dizendo que faria chover pão do céu (Ex 16,4); quando o povo de Israel é atacado por Amalec, é o Senhor quem lhes protege (17,8-16). Os capítulos 15 e 16 mencionam à lei que foi dada pelo Senhor (15,25; 16,4-5.28) e o capítulo 18, fala da organização jurídica do povo de Israel (cf. Ska, 2003, p.44).

- **Ex 19-40:** que se pode dividir em partes menores, para uma melhor compreensão dos temas abordados. Primeiro, Ex 19,1-24,11 é um dos momentos mais relevantes do Livro do Êxodo, onde Moisés transmite as palavras do Senhor ao povo, e o povo declara que irá cumprir o que o Senhor ordenará (Ex 19,7-8; 24,3; 24,7). Segundo Ska (2003, p.44),

Quanto a YHWH, a afirmação central está em Ex 20,2-3: “Eu sou YHWH, que te fiz sair da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim”. O êxodo constitui o evento primordial da história de Israel, o evento em que YHWH fundamenta todas as suas prerrogativas.

Em decorrência disso, o “primeiro mandamento” da Lei de Deus é que Israel não terá diante de si outros deuses. Somente aquele que libertou o povo de Israel da escravidão do Egito, tem direitos sobre esse povo. Ex 19,3-8 contém o “projeto” de toda a terceira parte do Livro do Êxodo (Ex 19-40), a saber, o Senhor ressalta que tirou o povo de Israel da subserviência do Egito (Ex 19,4); e que os homens que ouvirem a sua voz, e forem fiéis a sua aliança, tornar-se-ão sua propriedade (Ex 19,5). Pois, aqueles que observam seus mandamentos, passam a compor um “reino de sacerdotes” e uma “nação santa” (Ex 19,6). Na sequência, encontra-se o decálogo (Ex 20,1-17) e o “código da aliança” (Ex 20,22-23,19); por fim, a aliança de Ex 24,3-8, é o início de um novo relacionamento de Deus com o povo.

Israel é, agora, propriedade pessoal de YHWH, uma “nação santa” e um “reino de sacerdotal”. Os rituais de Ex 24,3-8, particularmente a aspersão de sangue, ‘consagram’

Israel. Esse mesmo rito de aspersão consagra os sacerdotes em Ex 29 e Lv 8. A visão e a refeição de Ex 24,9-11 visam ratificar a autoridade dos sacerdotes e dos anciãos, representantes legítimos de YHWH perante a “nação santa”. (SKA, 2003, p.45).

Depois em Ex 24,12-31,18 (particularmente 24,15-31,17) são os capítulos em que o Senhor revela a Moisés o planejamento do santuário, em especial, Ex 25,8-9. Para estabelecer uma relação com o seu povo, YHWH entrega as tábuas de pedra (Ex 24,12; 31,18). Na continuação, Ex 32-34 o povo constrói para si um bezerro de ouro, ferindo o decálogo. A princípio, parece que YHWH não guiará mais o seu povo. No entanto, Moisés intercede pelos homens de “cabeça dura” (Ex 34,9) e YHWH se compadece, sendo um Deus que perdoa as transgressões dos israelitas (Ex 34). Por fim, de acordo com Ska (2003, p.46), em Ex 35-40 narra que, “a essa altura, já é possível construir o santuário em que YHWH vai habitar, em 40,34-35. YHWH provou ser o soberano de Israel, tendo eliminado o domínio humano do faraó e as outras divindades representadas pelo bezerro de ouro”.

1.1.2 – ANÁLISE DO “EU SOU” EM EX 3,1-15

Após essa pequena introdução ao Livro do Êxodo, a pesquisa concentrar-se-á no capítulo 3 do Êxodo, onde se encontra o episódio da sarça ardente, e a revelação do Nome de Deus no v.14; onde Deus se revela a Moisés dizendo: “Eu Sou aquele que Sou”. Segundo Andiñach (2010, p.53),

O texto dá uma nova guinada ao apresentar Moisés, agora não como um fugitivo, mas como um pastor de ovelhas e cabras realizando o seu trabalho. Embora tenha sido criado na corte egípcia e tenha gozado de bem-estar e riquezas, essa nova cena apresenta-o levando o rebanho de uma outra pessoa e realizando uma tarefa circunstancial e secundária, que não visava ao benefício próprio.

É interessante notar a semelhança, assim como, na passagem da sarça ardente, Moisés estava apascentando o rebanho de seu sogro Jetro, assim também Deus o faria guiar o seu povo para fora do Egito. Portanto, Moisés recebeu por duas vezes a missão de cuidar daquilo que não era seu, mas de outro. A seguir, de acordo com o texto, Moisés repara que um arbusto conhecido pelo nome de sarça estava queimando, porém, mesmo queimando ele não se consumia. Por isso, Moisés se aproxima, e Deus inicia um diálogo com ele. Na sequência, Deus revela o motivo de sua vinda: “Eu vi a humilhação de meu povo no Egito e ouvi seu clamor por causa da dureza dos feitores. Sim, eu conheço seu sofrimento. Desci para livrá-los da mão dos

egípcios e fazê-los sair dessa terra para uma terra boa” (Ex 3,7-8). Observem, é Deus que vai ao encontro de Moisés, é Deus quem coloca a história da humanidade em movimento. Ele, ouvindo o clamor de seu povo decide agir na história, beneficiando o seu povo eleito (cf. ANDIÑACH, 2010, p.59). No v.11 Moisés se pergunta: “Quem sou eu para ir ao faraó e fazer sair os israelitas do Egito?”. Entretanto, a resposta que Deus dá a Moisés não tem nada a ver com a pergunta, porque Deus lhe responde dizendo: “Eu estarei contigo” (Ex 3,12); isto é, não importa quem é Moisés, o que importa é quem o envia (cf. ANDIÑACH, 2010, p.62-63).

A seguir, Moisés prossegue: “mas, se eu for aos israelitas e lhes disser: ‘O Deus de vossos pais enviou-me a vós’, e eles me perguntarem: ‘Qual é o seu nome?’, que devo responder?” (Ex 3,13). Na sequência, segundo Andinach (2010, p.68), tem-se a resposta de Deus, que é a afirmação de sua identidade, daquilo que o caracteriza: “‘Eu Sou aquele que Sou’; e acrescentou: ‘Assim responderás aos israelitas: ‘Eu Sou’ enviou-me a vós” (Ex 3,14).

Os estudos das narrativas colocam em destaque o nome, como um modo de caracterizar o personagem. O nome, mais que uma qualidade, indica uma constelação de qualidades; acrescenta a singularidade de todas as características de um personagem. Os nomes próprios nas narrativas têm, com frequência, uma função antecipadora. Neste sentido, não seria exagerado afirmar que “toda a história do Êxodo pode ser lida como definição narrativa deste nome”. (LÓPEZ, 2004, p.121).

O nome de Deus em hebraico é YHWH, isto é, “Eu Sou”, esse nome aparece várias vezes no Pentateuco (Gn15,1.7; 17,1; 26,24; 28,13; 31,13; 35,11; 46,3; Ex 3,6.14; 6,2.6.7.8.29; 7,5.17; 8,22; 10,2; 12,12; 14,4.18; 15,26; 16,12; 20,2.5; 29,46; 31,13). Essa forma de designar a Deus é manifestada para que o povo possa crer e crendo confessem que existe um Único Deus e não há outro além dele; esse é o Deus que realiza maravilhas na vida do seu povo.

Discute-se qual é a origem e o significado de YHWH. Ex 3,14 pretende fazê-lo proceder de uma forma antiga do verbo hebraico *hyh* ou de seu correspondente aramaico *hwh*, que significa “ser, chegar a ser, manifestar-se”. Segundo essa forma, YHWH significaria “Eu sou o existente”, entendido não tanto num sentido passivo ou estático, como traduzem os LXX (*o on*), quanto num sentido ativo e dinâmico, como o contexto pede. Pela peculiaridade do hebraico, a fórmula *ehyeh 'aserehyeh* pode ser traduzida por “Eu sou o que sou” ou “Eu sou o que serei” ou de outras formas. Em qualquer caso, o nome de YHWH estaria relacionado com o verbo “ser”, compreendido num sentido existencialista e dinâmico. Enquanto que a tradição “Eu sou o que sou” contém um sentido misterioso, a tradução “Eu sou o que serei” dá a entender que Deus irá mostrando progressivamente sua identidade em palavras e ações. (LÓPEZ, 2004, p.121-122).

Além disso, esse nome revela a natureza de Deus, pois, em Deus existência é idêntica à essência, do mesmo modo, esse nome significa o próprio ser por excelência. “E, portanto, quanto menos determinados e quanto mais gerais e absolutos forem certos nomes,

tanto mais propriamente nós os atribuiremos a Deus” (AQUINO, Ia, q.13, a.11). Ademais, tem-se que destacar a importância do Nome de Deus para o povo da Antiga Aliança, esse nome representava um sinal de proximidade, de um Deus que realiza uma ação libertadora para o seu povo. “O nome de uma pessoa é o símbolo de sua identidade pessoal, sua condição seu caráter; e assim, para o hebreu monoteísta, o Nome de Deus equivale a um símbolo de sua divindade única, de sua glória e de seu caráter como justo e santo” (DODD, 2003, p.131).

1.2 – O QUARTO EVANGELHO

A missão do Verbo feito carne (Jo 1,14), é a de tornar o nome de Deus conhecido, porque o Pai é glorificado no Filho (Jo 13,31). Por essa razão, Deus se encarnou (Jo 1,14), entrando na história da humanidade e se fazendo companheiro de caminhada na estrada rumo ao céu. O Criador que nunca esteve ausente se fez presente fisicamente, para ser alcançado sensorialmente por suas criaturas. A Encarnação do Verbo é o maior sinal de amor de Deus pela humanidade, porque na história do homem, nenhum outro deus deu tanta atenção ao seu povo eleito, quanto “o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó” (Ex 3,15).

Como é dito na Carta aos Hebreus: “Muitas vezes e de muitos modos, Deus falou outrora aos nossos pais, pelos profetas. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual também criou o universo” (Hb 1,1-2). Por essa razão, após a Encarnação do Verbo (Jo 1,14), para que não ficassem dúvidas a respeito da sua identidade, Jesus se apresenta dizendo: “antes que Abraão existisse, Eu Sou” (Jo 8,58). Conforme Malzoni (2018, p.170), “o uso da expressão ‘Eu Sou’ no Evangelho segundo João revela um aspecto da sua cristologia. O evangelista usa a expressão como uma das formas para apresentar quem é Jesus”.

Existem três formas do uso do “Eu Sou” no Quarto Evangelho, segundo Malzoni (2018, p.170-171):

- 1) *Uso simples ou declarativo*: “Eu sou...” O uso simples ou declarativo é quando o sujeito faz uma asserção sobre si mesmo ou responde a uma pergunta. No Quarto Evangelho, Jesus se utiliza de algumas sentenças desse tipo. Por exemplo, no diálogo com a mulher samaritana, Jesus se apresenta como o Messias que ela aguardava, como está em Jo 4,25-26: “Sei que vem um

Messias (que se chama Cristo). Quando ele vier, nos explicará tudo'. Disse-lhe Jesus: 'Sou eu, que falo contigo'"; depois Jesus tranquiliza os discípulos quando lhes aparece andando sobre as águas, como está em Jo 6,20: "'Sou Eu. Não tendes medo!'"; Jesus sabe de onde veio e para onde vai, e, por isso, pode dar testemunho de si mesmo, como está em Jo 8,18: "Sou eu que dou testemunho de mim mesmo, e o Pai, que me enviou, também dá testemunho de mim"; em Jo 8,23 Jesus explica, o porquê de seus interlocutores não o compreenderem: "Vós sois de baixo, eu sou do alto. Vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo"; em Jo 10,36 Jesus declara sem erro: "Eu sou Filho de Deus"; em Jo 13,13 Jesus deixa um exemplo de humildade aos seus discípulos, e em seguida diz: "Vós me chamais de Mestre e Senhor; e dizeis bem, porque Eu o Sou" e, como o discípulo não é maior que o mestre, o discípulo é chamado a seguir o exemplo do mestre; e, por fim, em Jo 18,5.6.8 Jesus responde por três vezes: "Sou Eu".

- 2) *Uso com predicado*: O uso do "Eu sou" com predicado é aquele em que Jesus faz uma afirmação sobre si a partir de uma imagem do dia a dia. Essas afirmações possuem um caráter metafórico. Elas mostram uma espiritualização do cotidiano, isto é, como a rotina das pessoas pode ser vista como algo cheio de significado, enquanto aponta para o seu Criador. Nessas proposições, Jesus confere a si mesmo predicados de maneira exclusiva. Exemplos: Jo 6,35.48: "Eu sou o Pão da Vida"; Jo 6,41.51: "Eu Sou o Pão que desceu do céu"; Jo 8,12: "Eu sou a luz do mundo"; Jo 10,7.9: "Eu sou a porta"; Jo 10,11.14: "Eu sou o bom pastor"; Jo 11,25: "Eu sou a ressurreição e a vida"; Jo 14,6: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida"; Jo 15,1.5: "Eu sou a videira".
- 3) *Uso absoluto*: Essa terceira forma do uso do "Eu Sou", é a forma que mais interessa a esta pesquisa: Em seu uso absoluto, quer dizer, sem predicado, a expressão aparece quatro vezes no Quarto Evangelho, sendo três vezes no capítulo 8, a saber, Jo 8,24: "Eu vos disse que morrereis nos vossos pecados. De fato, se não crerdes que 'Eu Sou', morrereis em vossos pecados"; Jo 8,28: "Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então sabereis que 'Eu Sou', e que nada faço por mim mesmo, mas falo conforme o Pai me ensinou"; Jo 8,58: "antes que Abraão existisse, Eu Sou" e uma vez no capítulo 13, a saber, Jo 13,19: "Digo-vos isso agora antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que Eu Sou". No entanto, o uso do "Eu Sou" não deixa de ser incomum nesses

casos, porque o verbo “ser” é transitivo, ou seja, precisa de um complemento verbal, tanto em português quanto em grego, por isso, segundo Malzoni (2018, p.171),

Restam duas possibilidades. A primeira seria procurar um significado implícito, que, no caso, remeteria à manifestação do Senhor a Moisés, na sarça: “Eu sou aquele que é” (Ex 3,13-15). A segunda, como argumenta C.H Dodd, seria tratar a expressão como uma fórmula em si, remetendo à maneira como o nome divino é tratado na segunda parte do livro de Isaías. Ali, onde o texto hebraico traz ‘*anihu*’, o texto grego da Septuaginta traz *ego eimi*, ou seja, “Eu Sou”, tal qual nas atestações dessa proposição em uso absoluto no Evangelho segundo João. Isso ocorre, por exemplo, em Is 43,11.

Essas três formas do uso do “Eu Sou” aparecem no Quarto Evangelho. Na pesquisa será analisado o *uso simples ou declarativo*, como em Jo 8,18.23; e o *uso com predicado* como em Jo 8,12; embora que, das três formas, a que mais interessa é o “*Eu Sou*” absoluto. Por essa razão, a pesquisa irá estudar as quatro vezes que ela aparece no Evangelho de João (Jo 8,24.28.58; 13,19).

1.2.1 – O uso do “Eu Sou” no Capítulo 8 de João

Para estudar o uso do termo “Eu Sou” no capítulo 8 do Quarto Evangelho, a pesquisa irá proceder conforme a divisão a seguir: primeira parte: Jesus, luz do mundo (Jo 8,12-20); segunda parte: Origem e destino de Jesus (Jo 8,21-30); terceira parte: A Verdade liberta (Jo 8,31-38); quarta parte: Os verdadeiros filhos de Abraão (Jo 8,39-47); quinta parte: Jesus e Abraão (Jo 8,48-59).

No capítulo 7 do Quarto Evangelho, o evangelista começou a narrar a presença de Jesus na festa dos tabernáculos (Jo 7,10). Segundo Dodd (2003, p.454),

Existem algumas provas que associam especificamente com o ritual desta festa o uso de uma forma peculiar do nome divino, *Ani-wehu*, que era considerada como o *shemhamphorash*, o Nome oculto de Deus. Sua origem é incerta, mas parece ser uma alteração da fórmula veterotestamentária *Ani-hu*, que os Setenta traduzem por *ego eimi*. A expressão com a conjunção *we* era interpretada como exprimindo a união íntima de Deus com Israel.

Ademais, conforme Dodd (2003, p.455), para o evangelista João,

De qualquer forma, Tabernáculos é a oportunidade na qual Jesus se manifesta como Messias em Jerusalém. Suas pretensões são debatidas em termos que demonstram

familiaridade com vários aspectos da esperança messiânica judaica. Mas as categorias messiânicas são superadas quando Jesus se apresenta como a fonte da água viva, e como a luz do mundo, e finalmente pronuncia o *ego eimi* que afirma o mistério de seu ser eterno, em unidade com o Pai. Esta tríplice manifestação corresponde às afirmações do Prólogo, que apresenta o Logos como o portador da vida e da luz, como sendo ao mesmo tempo *theose prostontheon*, ou *eis tonkolpontou potros*.

Portanto, a análise do capítulo 8 será importante nesse trabalho, porque nele aparece por três vezes Jesus usando o termo “Eu Sou” absoluto, que como será mostrado a seguir, indicará a sua divindade, revelará que: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. O que foi feito nele era a vida, e a vida era a luz dos homens” (Jo 1,1-4).

1.2.2 – Jesus, Luz do Mundo (Jo 8,12-20)

O v.12 começa com o narrador dizendo que: “Jesus lhes falava”; porém, não diz a quem Jesus falava. Segundo Brown (2020, p.599), “é também possível que o ‘lhes’ se refira aos fariseus. Se 8,12 seguiu imediatamente 7,52, os fariseus eram o último grupo a ser mencionado (7,47), e serão mencionados outra vez no versículo seguinte”. Uma vez entendido o grupo ao qual Jesus se refere, a saber, os fariseus; agora, atentem-se a afirmação Dele: “Eu Sou a luz do Mundo”. Em Mt 5,14 Jesus disse aos seus discípulos: “vós sois a luz do mundo”. Todavia, “não há contradição aqui, pois os discípulos são a luz do mundo somente enquanto refletem Jesus” (BROWN, 2020, p.599). De acordo com Beutler (2015, p.220),

A palavra de Jesus “Eu sou a luz do mundo” pode ter sido ocasionada pela festa das Tendas, durante a qual o pátio das mulheres, no Templo, era iluminado com grandes luminárias, que iluminavam a cidade inteira (cf. Sukkot 5,2s.). Quanto à forma, a palavra de Jesus é uma das assim chamadas “palavras de revelação” examinadas por S. Schulz. Estas começam com uma autoapresentação do revelador, seguida de um convite aos ouvintes e uma promessa. Para Jesus como luz do mundo podem-se comparar Jo 9,5; 12,46, além de 1,4-5.9-11, no Prólogo, e ainda Jo 3,19. A forma da palavra de 8,12 corresponde à de Jo 6,35 (Jesus pão da vida). A metáfora da luz em Jo 8,12 e outros textos tem um pano de fundo claramente veterotestamentário judaico. “O Senhor é minha luz e salvação, a quem temerei?” (Sl 27,1) é um texto que exprime a convicção de Israel. Do Servo de Deus se diz: “Destinei-te a ser luz das nações, para que minha salvação alcance os confins da terra” (Is 49,6). Daí é só um passo para chegar à temática joanina. Textos gnósticos comparáveis exprimem mais claramente o tema da promessa, mas nenhum deles é mais antigo que o Evangelho segundo João, e quanto mais recente sua data mais provável a sua dependência de João. O dualismo “luz-trevas” se encontra nos textos de Qumra (Regra da Guerra 1QM 1,1-17; 13,5-16; Regra da Comunidade IQS 3,134,26) e é característico do Quarto Evangelho.

O Antigo Testamento dá testemunho dessa luz, a qual Jesus se refere, em Br 5,9 diz: “Deus conduzirá Israel com alegria, na luz de sua glória, com a misericórdia e a justiça que dele procedem”. Ademais, esta luz, não somente guia, mas também gera vida, conforme se lê em Jó 33,30: para retirar o homem da sepultura e iluminá-lo com a luz da vida. Já no Novo Testamento pode-se ler no prólogo de João: o Verbo que é a luz verdadeira, veio para os seus, mas os seus não o receberam (Jo 1,9-11). Ou seja, veio para todo o gênero humano, mas nem todos os homens o acolheram, nem todos os homens creram Nele. Mas, aos que creram deu o poder de se tornarem filhos de Deus (Jo 1,12). Por isso, Beutler (2015, p.220) diz: “‘Seguir’ Jesus, neste texto, significa crer nele”.

Na sequência, após Jesus ter dito que Ele é a luz do mundo (Jo 8,12), o texto aborda a questão do testemunho: “Os fariseus então disseram: ‘Tu dás testemunho de ti mesmo. O teu testemunho não é verdadeiro’” (Jo 8,13). Essa frase dos fariseus, recorda aquilo que o próprio Jesus havia dito: se eu der testemunho de mim, meu testemunho não será verdadeiro, por isso, é outro que dá testemunho de mim, e eu sei que o seu testemunho é verdadeiro (Jo 5,31-32). Todavia, conforme Malzoni (2018, p.168), Jesus não está se contradizendo, pois, Ele pode dar testemunho de si mesmo, porque sabe de onde veio (do Pai) e para onde vai (para o Pai) (Jo 8,14). Em outras palavras, Jesus pode dar testemunho de si mesmo, porque Ele conhece a si mesmo, já os homens não se conhecem (1Cor 13,12).

Mas, como os homens podem chegar à conclusão de que o Pai testemunha em favor de Jesus? Segundo Beutler (2015, p.155), Jesus dá testemunho do Pai através das obras que este lhe permite realizar. E as obras de Jesus conduziram à admiração e à fé de muitos homens, como está escrito em Jo 2,23: “estando Jesus em Jerusalém, na festa da Páscoa, muitos creram no seu nome, ao ver os sinais que realizava”; e em Jo 3,1-2: “havia entre os fariseus um homem chamado Nicodemos, autoridade entre os judeus. Este foi se encontrar com Jesus, de noite, e disse-lhe: ‘Rabi, sabemos que vieste como mestre da parte de Deus, pois ninguém é capaz de fazer os sinais que tu fazes, se Deus não está com ele’”.

Dentre as obras que dão testemunho de Jesus, no Quarto Evangelho, pode-se citar as seguintes: transformar água em vinho: Jo 2,1-11; multiplicação dos pães e peixes: Jo 6,1-15; andar sobre as águas Jo 6,16-21; a pesca milagrosa Jo 21,1-11; a cura do filho de um funcionário real: Jo 4,46-54; a cura de um paralítico: Jo 5,1-9; a cura de um cego de nascença: Jo 9,1-7; e a ressurreição de Lázaro Jo 11,1-44. Todas essas manifestações de poder, deixam transparecer que Jesus passou pela Terra fazendo o bem, e que Deus estava com Ele (At 10,38).

Como o próprio João afirma no final do Evangelho: “Jesus fez ainda, diante de seus discípulos, muitos outros sinais, que não se acham escritos neste livro. Esses, porém, foram escritos para crerdes que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20,30-31). Conforme Malzoni (2018, p.311), os sinais escritos neste livro possuem uma finalidade, que é levar os homens a professarem a sua fé em Jesus Cristo.

Nos vv.15-16 o tema é o julgamento. Jesus afirma que seus opositores julgam segundo a carne, isto é, segundo as aparências, segundo os critérios humanos da vaidade, do apego e da inveja. Jesus, ao contrário, julga segundo os princípios do amor, da justiça e da bondade, “pois age em união com o Pai” (BEUTLER, 2015, p.221). Nos vv.17-18 o tema volta para a problemática do testemunho. Para que um testemunho seja credível, é preciso que haja duas ou mais testemunhas (Nm 35,30; Dt 17,6; 19,15). Por isso, conforme Malzoni (2018, p.169), “o testemunho que Jesus dá de si mesmo se baseia no pleno conhecimento que tem de seu próprio destino (Jo 8,14)”. E, além do seu próprio testemunho, Jesus acrescenta o testemunho do Pai: “Sou eu que dou testemunho de mim mesmo, e o Pai, que me enviou, também dá testemunho de mim”, o testemunho do Pai, como já foi dito anteriormente, é dado por meio das obras que Jesus realiza.

Entretanto, os espectadores de Jesus permanecem incrédulos. Segundo Beutler (2015, p.221),

Os ouvintes continuam céticos e perguntam onde está o Pai de Jesus (v.19ab). Não entenderam a alusão no v.14, que sugere que Jesus sabe de onde vem e para onde vai. Assim, Jesus deve constatar que os ouvintes não conhecem nem a ele, nem ao Pai (v.19c). Para esta última palavra de Jesus os ouvintes não têm resposta. Teriam gostado de prendê-lo por causa da blasfêmia, mas sua hora ainda não havia chegado (v.20).

Neste trecho do Evangelho, Jesus começou afirmando ser Ele a luz do mundo (Jo 8,12). Segundo Brown (2020, p.604-605), Jesus está proclamando que Ele é luz, não só de Jerusalém, mas do mundo inteiro. Antes Jesus já havia mencionado a água que dá a vida e o pão que dá a vida; agora Ele fala da luz que dá a vida. Assim como nas duas primeiras comparações Jesus fazia referência à sua revelação, agora não podia ser diferente, Jesus usa a luz para mostrar que aquele que não vive segundo a Lei de Deus, está nas trevas. E, Ele pode confirmar essa teoria, porque o Pai é quem dá testemunho Dele (Jo 8,18), e, Ele veio do Pai (Jo 8,14). Além disso, Ele conhece perfeitamente todas as coisas, porque tudo foi feito por meio Dele (Jo 1,3).

1.2.3 – Origem e destino de Jesus (Jo 8,21-30)

Essa parte do Evangelho, começa de modo semelhante ao trecho anterior, a saber, no v.12 está escrito: “Jesus lhes falava”, agora no v.21 está dito: “Jesus disse-lhes ainda”. Como se verá no v.22, o grupo ao qual Jesus se refere no v.21 são os judeus. Além dessa similaridade, entre o v.12 e o v.21, a continuação do v.21 é muito semelhante a Jo 7,33-34.

O v.21 retoma em parte Jo 7,34, com o tema da partida de Jesus e da incapacidade dos judeus de segui-lo aonde vai. Mas acresce um novo elemento: eles morrerão no seu pecado. Os ouvintes, porém, não percebem isso como um apelo à conversão e à fé, mas perguntam se Jesus quer se matar (v.22). Mostram assim a sua incompreensão, como os ouvintes de 7,35, que perguntavam se Jesus queria ir à diáspora dos gregos. (BEUTLER, 2015, p.222).

Portanto, no v.21 Jesus disse que os seus ouvintes: “morreriam nos seus pecados”; mas, o v.22 mostra que eles não compreenderam as palavras de Jesus. Então, no v.23, Jesus responde aos seus espectadores dizendo: “Vós sois de baixo, eu sou do alto. Vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo”. A resposta de Jesus aos seus espectadores, revela que a ignorância deles se dá porque: “Ele é de cima, de Deus, eles são de baixo, deste mundo” (BEUTLER, 2015, p.222). Segundo Malzoni (2018, p.169), “a expressão ‘ser de’ significa não apenas pertença, mas também comunhão. Ser do mundo significa pertencer ao mundo e comungar com seus princípios”. Além disso, de acordo com Agostinho (Tomo II, 2017, p.76), “o Senhor expôs-nos o sentido em que quis que se tomassem as palavras *Vós sois deste mundo*. Disse-lhes: ‘*Vós sois deste mundo*, porque eles eram pecadores, porque eram injustos, porque eram infiéis, porque saboreavam as coisas terrenas”.

Para Malzoni (2018, p.169), no v.24 “aparece o primeiro ‘Eu Sou’ absoluto pronunciado por Jesus. Na antítese deste ‘Eu Sou’ está o pecado e a morte”. Segundo Beutler (2015, p.222),

O conteúdo da fé que lhes é solicitada se resume na expressão ‘Eu Sou’. Os comentadores veem nestas palavras uma alusão à fórmula com a qual Deus se revela a seu povo na antiga Aliança, sobretudo em relação com a salvação escatológica (cf. Is 41,4; 43,10.25; 45,18.22; 46,4.9; 48,12; 51,12; 52,6; Jr 24,7; Ez 6,7.13 etc.).

No v.25, depois de toda essa explicação de Jesus e incompreensão de sua plateia, perguntam, então, a Jesus: “Quem és tu?” Ao que Ele responde: “É exatamente isso que eu vos

estou dizendo”. Na sequência, Jesus diz que teria ainda muitas coisas a dizer, mas, uma vez que eles não conseguem compreender, seria inútil continuar a lhes falar.

No v.28 diz: “Quando tiverdes levantado o Filho do Homem”, não é a primeira vez que o termo: “levantar” aparece em João. Esse termo já havia aparecido em Jo 3,14: “como Moisés elevou a serpente no deserto, assim também é necessário que o Filho do Homem seja elevado”. Em seguida, no v.15 completa dizendo: “a fim de que todo o que nele crer tenha a vida eterna”. A serpente a que Jesus se refere, está em Nm 21,8-9, aqueles que eram picados e olhavam para a serpente ficavam curados, assim também, quando o Filho do Homem é levantado na Cruz, todo o gênero humano é remido por Ele. A crucificação de Jesus foi o ato pelo qual Deus tirou todo o pecado da humanidade, reconciliando o homem com Ele pela morte de seu Filho,

A morte de Cristo é, ao mesmo tempo o sacrifício pascal, que realiza a redenção definitiva dos homens pelo “cordeiro que tira o pecado do mundo”, e o sacrifício da Nova Aliança, que reconduz o homem à comunhão com Deus, o reconciliando com ele pelo “sangue derramado por muitos para remissão dos pecados” (CaIC n.613).

Conforme Brown (2020, p.611), esse “levantar-se do Filho do Homem” no v.28, faz referência a crucificação de Jesus, que acarreta na sua ressurreição e ascensão aos céus. Ainda, segundo Beutler (2015, p.223), os judeus “só serão capazes de entender a missão de Jesus quando for tarde – quando o tiverem elevado à cruz. Só então tomarão consciência de que Jesus foi enviado pelo Pai e que cumpriu a missão do Pai em palavra e ação até o fim”. O trecho termina, conforme Malzoni (2018, p.170), com Jesus anunciando que Aquele que o enviou nunca o deixa só, está com ele até na hora da cruz (Jo 8,29). O evangelista encerra essa seção, afirmando que, as palavras de Jesus surtiram efeito e muitos creram Nele (Jo 8,30).

1.2.4 – A Verdade liberta (Jo 8,31-38)

A seção de Jo 8,31-38 inicia com uma controvérsia quanto a primeira parte do v.31: “Jesus, então, disse aos judeus que creram nele” (Jo 8,31). Porém, nos versículos seguintes, parece que o grupo de ouvintes de Jesus não é tão amigável, ao ponto de dizer que eles creram em Jesus. Por essa razão, segundo Malzoni (2018, p.172),

Jesus fala aos judeus que tinham crido nele, e, paradoxalmente, a polêmica aumenta (Jo 8,30). As palavras de Jesus podem dar uma chave de leitura para a polêmica que segue: mais que crer, é preciso permanecer, ou seja, crer continuamente. Eis a sequência que o texto estabelece: quem permanece na palavra de Jesus torna-se verdadeiramente seu discípulo (Jo 8,31), conhece a verdade e torna-se livre (Jo 8,32). Essa liberdade à qual Jesus se refere não é nem a condição de uma nação que não é submetida a outra nação (sentido político) nem a condição de uma pessoa que não é escrava de outra pessoa (condição social), mas sim a condição dos filhos de Deus, livres para a prática do bem.

Na sequência, continua a análise dos vv. 31-32, Jesus diz: “Se permanecerdes em minha palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos, e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Jo 8,31-32). Ora, segundo Agostinho (Tomo II, 2017, p.105), aqueles que permanecem nas palavras de Jesus, tornam-se seus discípulos pela fé, mas, uma vez que contemplam a face de Deus, após a morte, se tornam seus discípulos definitivamente pela visão. Conforme Brown (2020, p.630), “o que distingue os verdadeiros discípulos de Jesus é a permanência em sua palavra, não qualquer lealdade especial à Lei”. Por isso, Paulo lembra que devemos permanecer em Cristo para sermos livres: “é para a liberdade que Cristo nos libertou. Ficai firmes e não vos deixeis amarrar de novo ao jugo da escravidão” (Gl 5,1). Pois, a escravidão a qual Jesus se refere, é, antes de tudo, uma escravidão espiritual. Por essa razão, Ele continua, quem “permanece na minha Palavra”, conhece a Verdade (Jo 14,6), e, uma vez que a pessoa se encontra com a verdade, ela se percebe escrava do pecado, conseqüentemente, a verdade a liberta. Entretanto, os ouvintes de Jesus não compreendem o sentido de liberdade que Ele estava falando.

A promessa da “liberdade” irritou os ouvintes de Jesus. Como judeus, eles são filhos e filhas de Abraão e nunca foram escravos de ninguém. Esta afirmação é válida quanto à autoconsciência religiosa, mas de fato se sabe que eles viveram durante 400 anos na “casa da servidão” no Egito. A base escritural para a consciência dos israelitas de serem livres e filhos de parentes livres está em Gn 16 e 21. Os israelitas são filhos de Sara, a livre, e não de Agar, a escrava. (BEUTLER, 2015, p.224).

A seguir, Jesus explica o motivo deles serem escravos: “todo aquele que pratica o pecado é escravo do pecado” (Jo 8,34). Conforme Malzoni (2018, p.172),

A escravidão à qual Jesus se refere é a escravidão do pecado, aquela que está na origem de todo tipo de escravidão. Jesus faz ainda uma comparação com a situação do escravo e do filho em uma casa. O escravo não pode permanecer para sempre; o filho, no entanto, pode permanecer (Jo 8,35). Essa comparação faz lembrar o relato da expulsão de Agar e seu filho Ismael (Gn 21,8-21). É o Filho, pois, que pode trazer a liberdade ao escravo (Jo 8,36). Esses versículos representam o ponto de contato mais próximo entre a teologia joanina e a teologia paulina, expressa, sobretudo, em Rm 6,1-8,17; Gl 4,21-31. O pecado é um senhor que escraviza a pessoa, mas ela pode ser libertada pelo Filho e, assim, livre, morar na casa do Pai.

Segundo Beutler (2015, p.225), “o ‘filho’ de que fala o v.35 parece ser Jesus, e nele também os seus ouvintes podem, segundo o v.36, viver como pessoas livres, libertas pelo Filho”. Nos vv.37-38 Jesus esclarece aos seus espectadores a razão de ainda serem escravos.

Mesmo sendo da descendência de Abraão, eles precisam rejeitar o pecado para tornarem-se plenamente livres. Ora, quem tem desejos homicidas ainda não renunciou inteiramente ao senhorio do pecado (Jo 8,37). No final, Jesus se refere a seu Pai e ao pai de seus interlocutores (Jo 8,38). Essa afirmação de Jesus vai fazer com que a polêmica se torne ainda mais candente. É preciso, portanto, compreender que a palavra “pai”, nesses versículos, não tem uma conotação genética, mas é o “pai” que é “senhor” da casa em que alguém habita, que pode ser um “pai” que o quer livre ou um “pai” que o mantém escravo. (MALZONI, 2018, p.172-173).

Logo, Jesus, quando fala: “Eu falo o que vi junto de meu Pai” está se referindo a Deus, e quando fala: “vós fazeis o que ouvistes de vosso Pai” (Jo 8,38) está se referindo ao Diabo (Jo 8,44). Uma vez que eles querem matar Jesus, não agem como Abraão, pois, Abraão não mataria um mensageiro de Deus (Gn 18). Portanto, como diz o apóstolo Paulo: “nem todos os descendentes de Abraão são seus filhos, mas de Isaac sairá uma descendência que terá teu nome” (Rm 9,7).

1.2.5 – Os verdadeiros filhos de Abraão (Jo 8,39-47)

Agora, nessa seção, o texto do Quarto Evangelho, segue fazendo a distinção entre os filhos de Deus e os filhos do Diabo. Os judeus alegam ser filhos de Abraão, mas, Jesus continua dizendo que eles não podem ser filhos de Abraão, porque não agem como agiu Abraão (Jo 8,39). Em conclusão, não podem ser filhos de Deus, porque os filhos de Deus agem na luz e fazem o bem, os filhos do Diabo agem na escuridão e tramam o mal (Mt 13,36-43; 1Jo 3,3-10).

Os interlocutores entenderam a alusão à descendência do Maligno e repetem a afirmação que já antes fizeram, de serem filhos de Abraão (cf. vv. 32 e 37). Na sua resposta, Jesus põe em xeque essa afirmação. Se fossem filhos de Abraão, deveriam agir do modo de Abraão, isto é, concretamente: deveriam mostrar a docilidade à palavra de Deus pela qual Abraão se destacou. No lugar disso, rechaçam a palavra que Jesus lhes dirige e procuram matá-lo, a ele, o Enviado. Com a frase final “Vós fazeis as obras do vosso pai” (v. 41a) Jesus prepara a transição ao tema das duas paternidades, a de Deus e a do diabo. (BEUTLER, 2015, p.226).

Ainda no v.41 os judeus respondem a Jesus: “nós não nascemos da prostituição. Temos um só pai, Deus”. Nesse sentido, segundo Malzoni (2018, p.173), “o termo ‘prostituição’ pode significar o abandono do Deus de Israel e o culto aos deuses estrangeiros, denunciado diversas vezes pelos profetas, de modo especial por Oseias (Os 1-3), a partir da imagem da infidelidade conjugal (Jo 4,16-18)”. Esse episódio faz lembrar Dt 6,1-19, mais especificamente os vv. 4-5: “Ouve, ó Israel: Iahweh nosso Deus é o único Iahweh! Portanto, amarás a Iahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força”. O mesmo Antigo Testamento que apresenta ao povo de Israel o único Deus verdadeiro, também diz a Israel que eles são filhos de Deus, como, por exemplo, Ex 4,22; Dt 32,6; Is 63,16; 64,7; e Os 11,1. No entanto, se eles abandonaram o Deus de Israel e passaram a servir a outros deuses, eles se fizeram prostitutas.

No v.43 Jesus diz: “por que não entendeis a minha fala? É porque não sois capazes de escutar minha palavra”. Eles haviam se tornado surdos a verdade, porque abraçaram o pai da mentira. Aquele que está com o Diabo, pratica as obras do Diabo, e o Diabo é mentiroso, invejoso, enganador e assassino (Gn 3; Sb 2,24; Jo 8,44). “Assim”, segundo Brown (2020, vol.1 p.633), “ao buscar concretizar a morte de Jesus, que é o principal propósito do diabo, ‘os judeus’ estão realizando a obra de Satanás”. Essa verdade fica ainda mais clara em Jo 13,2.27, o evangelista deixa evidente que, foi por inspiração satânica que Judas entregou Jesus a morte. Por esse motivo, eles não podem ouvir a Deus, porque eles não vêm de Deus (Jo 8,47; 1Jo 4,6).

1.2.6 – Jesus e Abraão (Jo 8,48-59)

Esta seção começa com os judeus fazendo uma acusação a Jesus: “‘não dizemos com razão que és um samaritano e que tens um demônio?’” (Jo 8,48). Porém, antes disso, segundo Beutler (2015, p.230),

Já na seção anterior (Jo 8,37-47) o assunto do diálogo passou da verdadeira descendência de Abraão para a verdadeira filiação divina. Agora o tema conhece nova mudança. Jesus falará de sua relação com Abraão, e neste ponto o tema ganha profundidade teológica até então não atingida. O autotestemunho de Jesus encontra junto aos ouvintes recepção hostil, e Jesus mal consegue escapar das mãos daqueles que o querem apedrejar por causa de blasfêmia.

Ainda analisando o v.48, nele, os judeus fizeram uma dupla acusação contra Jesus; primeiro disseram que Ele é um samaritano, isto é, os samaritanos são aqueles que se afastaram da fé pura de Israel. Depois o acusaram de ter um demônio, ou seja, é o mesmo que dizer que Ele “está fora de si” (Mc 3,21), porque “a insanidade era vista como um caso de possessão” (BROWN, 2020, vol.1 p.563). Contudo, Jesus não responde a primeira acusação de ser um samaritano, pois, Deus “quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4). Assim sendo, Jesus não exclui ninguém do Reino de Deus, todos os grupos são chamados a participar do banquete celestial, e duas são as condições exigidas para ingressar no reino: primeiro, a conversão, isto é, mudar o modo de viver, essa mudança pode ser percebida na busca constante pela vivência dos sacramentos; segundo, crer no Evangelho, ou seja, crer em tudo aquilo que foi divinamente revelado (Mc 1,15). Quanto a denúncia de ter um demônio, Jesus responde, conforme Beutler (2015, p.230-231), “com a asserção de que ele não vem do diabo, mas de Deus. Ele procura a honra de Deus – daquele Deus que eles não honram, visto que não querem crer no seu enviado”. Ainda segundo Beutler (2015, p.231), “o pai, que honrará o seu Filho, será também o juiz daqueles que recusam a devida honra a Jesus, o Filho de Deus”.

No v.51, os judeus novamente ficam com uma compreensão equivocada das palavras de Jesus, desta vez Ele disse: “se alguém guardar a minha palavra, não verá jamais a morte”.

Essas palavras provocam novas reações da parte das autoridades judaicas, que, mais uma vez, citam Abraão. Se o próprio Abraão morreu, e também os profetas, como pode Jesus garantir que quem guarda suas palavras não verá a morte para sempre? (Jo 8,52-53). Os interlocutores de Jesus tomam suas palavras em sentido literal e não metafórico. A morte à qual Jesus se refere não é a morte física, pela qual todos passam, mas sim uma vida perdida por causa do pecado. A Palavra de Jesus guarda aquele que crê da terrível morte causada pelo pecado. (MALZONI, 2018, p.174).

No mesmo sentido, Brown (2020, vol.1. p.625), diz que a morte a qual Jesus está se referindo é a morte espiritual. Na continuação do texto, os judeus alegam que Abraão e os profetas morreram, então dirigem a seguinte pergunta a Jesus: porventura, tu és maior que nosso pai Abraão? Quem pretendes ser? (Jo 8,53). A primeira pergunta dos judeus lembra a pergunta que a mulher samaritana havia feito a Jesus: porventura és maior que nosso pai Jacó? (Jo 4,12). Na segunda pergunta, os judeus estão questionando a afirmação de Jesus, de que Ele seria eterno e situado acima do tempo e do espaço: “já que quem guarda as suas palavras não verá a morte” (Jo 8,51). Segundo Beutler (2015, p.231), “a tendência do texto joanino é a mesma em ambos

os casos”, a saber, aqui e no episódio da mulher samaritana, “Jesus está de fato acima dos patriarcas”.

Na elaboração de sua resposta aos judeus, conforme Beutler (2015, p.231), Jesus “retoma o tema de Pai e Filho honrando-se mutuamente [...], mas agora com o vocabulário mais caracteristicamente joanino da mútua ‘glorificação’. O Pai, ‘glorifica’ o Filho, visto que este cumpre com fidelidade sua missão de tornar conhecido o Pai”. Segundo Malzoni (2018, p.174), Jesus não busca a sua glória pessoal, mas,

É glorificado pelo Pai, esse mesmo que seus interlocutores chamam de Deus. Nas palavras de Jesus, esses o chamam de Deus, mas sem conhecê-lo, sendo, por isso, mentirosos. A perspectiva do conhecimento, no entanto, não é a do conhecimento teórico, mas prático, uma vez que conhecer a Deus é guardar sua palavra, ou seja, observá-la (Jo 8,54-55).

Conforme Brown (2020, p.635), guardar a Palavra significa:

Ouvir e obedecer, e assim a promessa no v.51 é muitíssimo parecida com a de 5,24 ‘aquele que ouve minha palavra... possui a vida eterna... passará da morte para a vida’ [...]. A palavra de Jesus é o antídoto para o pecado e morte que o diabo introduziu no mundo no Jardim do Édem.

Na sequência, Jesus diz aos judeus: “vosso pai Abraão exultou com o pensamento de ver o meu dia, viu-o e se alegrou” (Jo 8,56). De acordo com Malzoni (2018, p.174-175),

Jesus, portanto, reconhece que seus interlocutores são descendentes de Abraão, o que significa que não se deve tomar ao pé da letra a afirmação anterior de que esses sejam filhos do diabo (Jo 8,44). Quanto a Jesus, ele se apresenta a si mesmo como ‘o’ descendente de Abraão por excelência, de quem Isaac era figura. Abraão exultou ao ver Isaac, seu descendente, e o próprio nome Isaac remete à alegria de Abraão (Gn 17,17). Em Isaac, Abraão via o dia de Jesus.

Segundo Agostinho (Tomo II, 2017, p.146), Abraão,

Sendo crente, exultou esperando, para ver compreendendo. *Viu-o*. E que mais podia ou devia dizer o Senhor Jesus Cristo? *Viu-o e ficou cheio de gozo*. Meus irmãos, quem explica este gozo? Se ficaram cheios de gozo aqueles aos quais o Senhor abriu os olhos do corpo, qual não foi o gozo dos que veem com os olhos do coração a luz inefável, o Verbo imutável, o resplendor que refulge para os espíritos piedosos, a sabedoria que não sofre diminuição.

Depois disso, os judeus disseram: “ainda não tens cinquenta anos, e vistes Abraão?!” Conforme Beutler (2015, p.232),

Os exegetas se perguntam qual a base de João para utilizar esta data, difícil de combinar com a nota da tradição sinóptica de que Jesus, ao iniciar sua missão, tinha cerca de trinta anos (Lc 3,23). Alegam-se duas razões para a data joanina. Por um lado, quem chegava aos cinquenta anos depois de uma carreira profissional e social atingia a idade de ancião. Por outro lado, a expressão ‘cinquenta anos’ aponta para o ‘jubileu’, o ano jubilar conforme Lv 25,8ss., como ano da graça e da remissão (cf. Lc 4,19).

A seguir, temos o v.58, que é o auge dessa seção, onde Jesus diz: “antes que Abraão existisse, Eu Sou”. Segundo Beuther (2015, p.233), “o *ego eimi* absoluto é uma fórmula de revelação joanina, remontando aos profetas do exílio, especialmente o Dêutero-Isaías”. Ademais, o termo pode referir-se a auto apresentação de Deus na sarça ardente, Ex 3,14. Conforme Malzoni (2018, p.175),

Em sua última réplica, Jesus afirma que desde sempre, ‘antes que Abraão viesse a ser, Eu Sou’. Essa é terceira ocorrência da proposição ‘Eu Sou’ em seu uso absoluto neste capítulo e no Evangelho. Desta vez, trata-se de uma afirmação da preexistência do Filho. Ele existe desde toda a eternidade (Jo 1,1) e se fez carne em Jesus (Jo 1,14), de modo que Abraão pode exultar por seu dia (Jo 8,58). Nessa afirmação, fica patente a diferença de verbos utilizados para Abraão e para Jesus. Para Abraão é *ginomai* (pronuncia-se *guínomai*) (‘vir a ser’, ‘chegar a existir’); para Jesus, o Filho, é *eimi* (‘ser’). Essa mesma diferença já estava presente no prólogo: o verbo *gimonai*, para tudo o que, na criação, ‘veio a ser’; o verbo *eimi*, para a Palavra que, desde sempre, ‘é’ (Jo 1,1-3).

Com as palavras do v.58, Jesus está afirmando que Ele existe desde sempre, sua existência é anterior a criação de Abraão. Como explica Malzoni, o evangelista toma cuidado no emprego dos verbos, para Jesus é *eimi* (ser), para Abraão é *ginomai* (vir a ser). De acordo com Brown (2020, p.636), “nenhuma implicação mais clara da divindade se encontra na tradição do evangelho”. No v.59 os judeus pegaram em pedras para apedrejar Jesus, no entanto, o leitor do Quarto Evangelho não pode rapidamente concluir que Jesus está se pondo contra os judeus nesse capítulo; lembre-se que o próprio Jesus havia dito: “a salvação vem dos judeus” (Jo 4,22). Em primeiro lugar, é necessário lembrar dos trechos do Antigo Testamento onde o povo de Israel é chamado de filho de Deus, como em Ex 4,22; Dt 32,6; Is 63,16; 64,7; e Os 11,1. Em segundo lugar, conforme Malzoni (2018, p.175), “o texto traça uma linha divisória muito clara, não entre judeus e cristãos, mas sim entre aqueles que promovem a vida e aqueles que matam, entre aqueles que buscam a verdade e aqueles que mentem”.

1.2.7 – O uso do “Eu Sou” no episódio do Lava-pés (Jo 13,1-20)

Esse trecho do Quarto Evangelho é um dos mais conhecidos de toda a Sagrada Escritura. De modo particular, para os cristãos, a cena do Lava-pés está ligada a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. O Lava-pés dá início ao que muitos estudiosos do Quarto Evangelho vão chamar de o Livro da Glória; onde é narrada a “hora” de Jesus, ou seja, o momento em que Jesus será entregue para ser elevado na Cruz; e depois, este evento culminará na sua ressurreição.

O Evangelista inicia o relato dizendo que estava próximo a festa da Páscoa, na sequência, conforme Beutler (2015, p.323), “Jesus sabe que agora ‘chegou sua hora’ de ‘passar deste mundo para junto do Pai’: maneira joanina para expressar que chegou a ‘hora’ de seu adeus. A atitude com que Jesus entra nesta hora é a do amor até o extremo, até o fim”. No desenrolar da história, o evangelista conta que o Diabo já havia colocado no coração de Judas o propósito de trair Jesus. Segundo Brown (2020, vol.2 p.922), “a traição é mencionada no v.2 precisamente para que o leitor vincule o lava-pés e a morte de Jesus”. Jesus só realiza esta ação simbólica de sua morte, isto é, o lava-pés, depois que o diabo já havia colocado no coração de Judas o desejo de entregá-lo, porque Ele sabia que essas ações eram necessárias para o levar à crucificação.

Jesus estando ciente de que viera de Deus, porque “no princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus” (Jo 1,1); e que Ele retornaria para Deus (Jo 7,33; 16,16-17), quis deixar aos seus discípulos um exemplo de humildade, o lava-pés. Segundo Brown (2020, Vol.2 p.924), “no lava-pés, Jesus se humilha e assume a forma de um servo”. A ação de Jesus, de prestar um serviço de escravo lavando os pés dos discípulos, segue normalmente, até chegar a Pedro. Conforme Malzoni (2018, p.232-233),

A ação se interrompe quando Jesus chega a Simão Pedro para dar lugar a um diálogo (Jo 13,6-11). Simão Pedro questiona Jesus: ‘Senhor, tu, lavar-me os pés?’ (Jo 13,6). Jesus lhe responde que somente depois é que ele compreenderá o que está fazendo (Jo 13,7). O tema da compreensão posterior é recorrente neste Evangelho (Jo 2,22; 12,16). O presente precisa de tempo para ser compreendido e é a ressurreição de Jesus que dará a chave de interpretação de toda a sua vida.

A seguir, no v.8, Jesus responde a objeção de Pedro com as seguintes palavras: “se eu não te lavar, não terás parte comigo”. Para Brown (2020, vol.2 p.925), “o lava-pés é tão importante, que sem ele o discípulo perde sua herança com Jesus”. Segundo Malzoni (2018, p.233), “essas palavras” – “Não terás parte comigo” (Jo 13,8) – “podem significar tanto a parte ou herança que Jesus passa a repartir com seus discípulos, que é seu exemplo de humildade e serviço, quanto a herança de Jesus junto do Pai, da qual os discípulos terão parte”. Para Beutler

(2015, p.324-325), Pedro entende a resposta de Jesus – “Não terás parte comigo” (Jo 13,8) – em nível físico, ou seja, quanto mais ele for lavado por Jesus, tanto maior será sua participação na herança (Jo 13,9). Porém, Jesus está tentando ensiná-lo que, eles (os discípulos) serão mais puros, na medida em que compreenderem suas palavras (Jo 13,10; 15,3). Na próxima seção, a saber, vv.12-20, Jesus usará o termo “Eu Sou” absoluto, para preparar tal uso, Ele menciona que está ciente da traição de Judas (Jo 13,11).

O v.12 é inesperado para o leitor, pois, anteriormente no v.7 Jesus disse a Pedro: “Agora não entendes o que eu faço; mais tarde o compreenderás”. Agora Ele diz aos discípulos: “Entendeis o que vos fiz?” (Jo 13,12). Segundo Beutler (2015, p.326), “podemos, por isso, concluir que na instrução subsequente se trata de ensinamentos que supõem a luz da Páscoa. É lógico, portanto, que se dirija a todos os discípulos. Trata-se do modo de viver da comunidade”. Depois Jesus se dirige aos discípulos dizendo: “vós me chamais de mestre e Senhor” (Jo 13,13). Segundo Brown (2020, vol.2 p.909), “a ordem em que os dois títulos são mencionados pode refletir o desenvolvimento da compreensão dos discípulos, pois ‘Mestre’ é mais comum nos primeiros capítulos do evangelho e ‘Senhor’, nos últimos”. Nos vv.14-15 Jesus deixa claro que, o que Ele fez, isto é, o lava-pés, é um ato de humildade e deve ser seguido pelos seus discípulos; pois, Ele é Mestre e Senhor, e os discípulos não são maiores do que Ele (Jo 13,16). No v.17 Jesus adverte os discípulos: “sabendo isso, sereis felizes se o praticardes”. Para Beutler (2015, p.327), “os discípulos não são chamados bem-aventurados quando entendem a instrução de Jesus, mas somente quando agem de acordo” com as suas palavras. O próprio Jesus disse em outro lugar: “bem-aventurados aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 11,28).

No v.18 Jesus diz: “eu conheço aqueles que escolhi”, e Ele escolheu os doze (Jo 6,70); mesmo sabendo que um deles iria traí-lo. Segundo Brown (2020, vol.2 p.910), “Jesus escolheu Judas muito embora soubesse o tipo de homem que ele era, e assim o Jesus joanino não se equivocou”. Pela terceira vez nessa passagem, Jesus se refere a Judas como traidor (Jo 13,2.11.18), dessa vez citando o Sl 41,10: “Até meu amigo pessoal, no qual eu confiava, que comia à minha mesa, levantou o calcanhar contra mim”. Conforme Beutler (2015, p.327), “a predição da traição por alguém de seu convívio deve, depois que tiver acontecido – depois do evento pascal –, levar os discípulos à fé de que” Jesus é o Verbo Encarnado (Jo 1,14); Ele é o “Eu Sou” (Jo 13,19), que antes já havia aparecido a Moisés na sarça ardente (Ex 3,14). Para Brown (2020, vol.2 p.912), “a paixão, morte, ressurreição e ascensão, concebidas como um todo, levarão os discípulos a um ato de fé completa em Jesus”.

Por isso, Jesus diz: “Digo-vos isso agora antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que Eu Sou” (Jo 13,19), fala isso em referência a Is 48,5: “predisse tudo há muito tempo, antes que acontecesse, eu te avisei”. Ou seja, somente Deus é capaz de anunciar as coisas antes que elas venham a acontecer. Portanto, a prova de que Jesus é o “Eu Sou” (Jo 13,19), é que Ele anunciou a traição de Judas (Jo 13,21-30), e, também a sua própria morte (Jo 12,33; 18,32), antes que tudo isso acontece cronologicamente.

O primeiro capítulo analisou a figura de Jesus Cristo partindo da análise do “Eu Sou” nos capítulos 8 e 13 de João. Todo esse processo foi importante para estabelecer uma relação entre Jo 8,58 e Ex 3,14. Essas partes do Quarto Evangelho, que foram analisadas, ajudam a compreender a cristologia do evangelista.

2 – CAPÍTULO II – CRISTOLOGIA: JESUS CRISTO, O FILHO DE DEUS

O segundo capítulo deste trabalho pretende abordar a cristologia, depois de ter feito uma reflexão bíblica acerca do termo “Eu Sou” no capítulo anterior; agora este capítulo tem por objetivo apresentar Jesus Cristo como Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem, a partir da cristologia do Quarto Evangelho e das definições dogmáticas a respeito da figura de Jesus de Nazaré. Finalmente, o último ponto pretende expor de maneira objetiva o fato de Jesus Cristo ser o único Mediador entre Deus e os homens.

2.1 – A Cristologia e o Quarto Evangelho

A cristologia pretende explicar quem foi a Pessoa de Jesus Cristo, sua missão e sua obra salvífica. A Segunda Pessoa da Santíssima Trindade possui duas naturezas inseparáveis, a natureza divina e humana (o que a teologia chama tecnicamente de união hipostática), unidas na mesma Pessoa Divina. Essa compreensão de Jesus Cristo, por parte da Igreja, vai crescendo conforme cresce o entendimento da Revelação feita pelo próprio Verbo Encarnado (Jo 1,14), e à medida em que o Magistério, auxiliado pelo Espírito Santo, vai refletindo sobre a revelação.

A visão de Jesus Cristo como o *Salvador da Humanidade* só pode ser compreendida dentro dos parâmetros da fé e da experiência. A fé vem por meio da pregação, como recorda o Apóstolo Paulo (Rm 10,17). Uma vez escutado o anúncio da Boa Nova, o homem toma consciência de sua origem e do seu destino. Logo, a experiência que gera a fé cristã é o encontro com o Ressuscitado (At 9,1-9). Portanto, “ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo” (DCE, n.1). Em outras palavras, quando o ser humano inicia o seu processo de conversão, é sinal de que ele realizou o seu encontro pessoal com Jesus Cristo; uma Pessoa que lhe revelou tudo o que ele precisava saber (Jo 4,29). Então, no centro da fé cristã não está um mero livro ou uma ideia abstrata e distante da realidade, mas, pelo contrário, no âmago do credo cristão está uma Pessoa, que é Jesus Cristo.

No Quarto Evangelho, para explicar o acontecimento decisivo da história da humanidade, onde Deus vem ao encontro do homem para conferir-lhe um novo sentido de vida; e fazê-lo experimentar que Ele é amor (1Jo 4,8). O evangelista usa a seguinte expressão:

“Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único para que todo o que n’Ele crer (...) tenha a vida eterna” (3,16). Com a centralidade do amor, a fé cristã acolheu o núcleo da fé de Israel e, ao mesmo tempo, deu a este núcleo uma nova profundidade e amplitude. O crente israelita, de fato, reza todos os dias com as palavras do *Livro do Deuteronômio*, nas quais sabe que está contido o centro da sua existência: “Escuta, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor! Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças” (6,4-5). Jesus uniu – fazendo deles um único preceito – o mandamento do amor a Deus com o do amor ao próximo, contido no *Livro do Levítico*: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (19-18; cf. Mc 12,29-31). Dado que Deus foi o primeiro a amar-nos (cf. 1Jo 4,10), agora o amor já não é apenas um “mandamento”, mas é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro. (DCE, n.1).

Além de narrar o encontro do homem com o amor de Deus, João se destaca dentre os quatro evangelistas, porque ele é o que mais vezes faz referência à Pessoa de Jesus Cristo:

A priori, o que podemos inferir é que nas últimas décadas grandes avanços foram feitos no que tange ao estudo do Quarto Evangelho. Dentre diversos aspectos elencados, a cristologia merece destaque especial. Poder-se-ia argumentar, acima de tudo, que o Evangelho joanino é uma obra cristológica, visto que Jesus é o personagem central de suas narrativas, sinais e discursos. No âmbito neotestamentário, o Evangelho joanino figura como um complexo cristológico e cristocêntrico. A partir de um quadro comparativo em relação aos sinóticos, Jesus é mencionado no QE 237 vezes, enquanto em Mt 150 vezes, em Mc 81 vezes, em Lc 89 vezes, o que demonstra a centralidade de Jesus para a comunidade joanina. (Guerra, 2019, p.59-60).

Ademias, o evangelista também usa muitos termos que fazem referência a Jesus Cristo como: Messias (Jo 1,41; 4,25); Logos ou Verbo¹ (Jo1,1.14); Profeta (Jo 4,19.44; 6,14s; 7,40.52; 9,17), Filho (Jo 3,35-36; 5,19-23.26; 6,40; 8,35s; 14,13; 17,1), Deus (Jo 1,1.18; 20,28), Filho de Deus (Jo 1,34.49; 10,36; 11,27; 19,7; 20,31), Rei (Jo 1,49; 12,13,15; 18,33.37.39; 19,3.12.14-15.19.21), Filho Único (Jo 1,14.18; 3,16.18) e Santo de Deus (Jo 6,69). Fora isso, tem-se os títulos que apontam para a natureza humana de Cristo como: Filho de José (Jo 1,45; 6,42), Jesus de Nazaré (Jo 1,45; 18,5.8; 19,19); *Rabi* = Mestre (Jo 1,38.49; 3,2.26; 4,31; 6,25; 9,2; 11,8) e *Rabunni* = Meu Mestre (Jo 20,16).

Para Costa (2019, p.49), o propósito do Quarto Evangelho, não é outro, senão, levar os homens a fé em Jesus Cristo: “Jesus fez ainda, diante de seus discípulos, muitos outros sinais, que não se acham escritos neste livro. Esses, porém, foram escritos para crerdes que Jesus é o

¹ Ambas as expressões têm o mesmo significado, porém, possuem origens diferentes: Logos vem do grego “λόγος”, que quer dizer Palavra, Verbo vem do latim “*verbum*”, que significa palavra.

Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20,30-31). Conforme Costa (2019, p.50), “João quer ser instrumento para que Deus suscite a fé em seu Filho, que é Deus como o Pai é Deus, porque dá a vida”.

Em São João, a divindade de Jesus aparece claramente. Suas disputas com as autoridades Judaicas do templo constituem, em seu conjunto, o futuro processo de Jesus diante do Sinédrio, um episódio que João, contrariamente aos sinóticos, não menciona depois como um julgamento propriamente dito. (RATZINGER, 2021, p.301).

Novamente, de acordo com Costa (2019, p.285),

Todo o Evangelho segundo João é uma grande confissão da divindade de Jesus. Mostra o o prólogo abundantemente, pois Jesus Cristo é o Verbo eterno, que “está no seio do Pai” (Jo 1,18). Mais que milagres, São João gosta de falar dos sinais que apontam para realidades mais sublimes, no cume das quais está a divindade do Filho de Deus: “Vereis o céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do Homem” (Jo 1,51). Desde o começo, Jesus é consciente de que, sendo Deus, veio para padecer, para fazer um Povo para o seu Pai, pois é em Jesus Cristo que se encontra a salvação de Deus: “Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna. Pois Deus não enviou o seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,16-17).

Depois disso, Costa (2019, p.50) apresenta a estrutura cristológica do Evangelho de João; segundo ele, tendo como objetivo levar os homens a fé em Jesus Cristo, o evangelista divide a sua obra da seguinte forma:

Prólogo (1,1-18), São João apresenta Jesus como Messias através de seus milagres (1,19.12,50). Nesse primeiro momento, destaca-se o milagre das bodas de Caná, no qual Jesus “manifestou a sua glória, e acreditaram nele os discípulos” (2,11); também na cura do paralítico, se percebe como Jesus manifesta sua divindade ao igualar-se ao Pai na administração do “sábado” e, por isso, “os judeus mais se esforçavam por lhe dar a morte, não só por violar o sábado, mas também por chamar a Deus seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (5,18).

Na segunda parte, conforme Costa (2019, p.50), o evangelho está dividido do seguinte modo:

A finalidade também é apresentar o Messias-Filho de Deus, mas agora através dos sofrimentos e da glória (13,1-21,25), principalmente através da Ceia, da Paixão e das Aparições de Jesus Cristo. No contexto da última Ceia é admirável a oração sacerdotal (Jo 17), na qual Jesus pede ao Pai a unidade dos que nele creem. Lendo com calma o relato da Paixão, vemos aparecer diante de nós grandes temas veterotestamentários como o “Eu Sou” (18,5-8) e a apresentação de Jesus como o Cordeiro (19,31). Nesse sentido, aparece também na linguagem joanina “a Mulher” do Antigo Testamento (cf. Gn 3,15) em vários momentos, mas, sem dúvida, tem grande importância o momento em que ela, Maria, a Mulher do Novo Testamento, se encontra aos pés da Cruz no maior ato de confissão de fé (Jo 19,25-27). Jesus confia a Maria seu “discípulo amado”, no qual estávamos representados, e protege, por assim dizer, nossa frágil fé na sua divindade na fé robusta da Mulher.

Nesse sentido, “o núcleo cristológico joanino concentra-se na tentativa de responder quem é Jesus” (Guerra, 2019, p.60). Segundo Marguerat (2012, p.462), “o quarto evangelho deixa claro, nos discursos de despedida (14-16), o lugar teológico a partir do qual a história de Cristo é contada”. A compreensão das palavras e atos de Jesus só foi assimilada pelos discípulos, após a Páscoa (Jo 2,17.22; 12,16; 13,7; 20,9); em concordância com essa afirmação Malzoni (2018, p.232-233), diz que, “o presente precisa de tempo para ser compreendido e é a ressurreição de Jesus que dará a chave de interpretação de toda a sua vida”. Para João, conforme Marguerat (2012, p.462), somente o Espírito Santo (14,15-17.26; 15,26; 16,7-11.13.15), pode dar testemunho confiável e ser interpretado fidedigno da vida e da obra do Jesus joanino. Logo, é o Espírito Santo que faz dos discípulos verdadeiros hermenutas de Cristo.

Sendo assim, não restam dúvidas de que o evangelista João crê na divindade de Cristo, e que ele a confessa em toda a sua obra. Mais do que isso, para o autor do Quarto Evangelho é necessário crer no Filho de Deus para ser salvo (Jo 3,36), e, o Filho de Deus, ele mesmo o afirma: é Jesus Cristo. João se dispôs a escrever o Evangelho, precisamente para que o seu leitor chegue a essa conclusão (Jo 20,30-31).

2.2 – Jesus, Verdadeiro Deus

A principal pergunta cristológica é: quem é Jesus? E a pergunta subsequente é: qual é a sua importância para a humanidade? Porque descobrir quem é a Pessoa de Jesus, ajuda a entender a sua importância para o gênero humano. Partindo do que já foi dito anteriormente, Jesus é uma Pessoa Divina com duas naturezas (divina e humana). Nesse momento, a pesquisa irá se concentrar na análise da natureza divina de Cristo. Conforme diz a Carta “*Humani generis*”, ao rei Hildeberto I,

O único e o mesmo Jesus Cristo é, portanto, verdadeiro Filho de Deus e, o mesmo, verdadeiro filho do homem, perfeito na divindade e, o mesmo, perfeito na humanidade, sendo inteiro no que é seu e, o mesmo, inteiro no que é nosso [cf. *293]; do segundo nascimento, de mãe humana, ele tomou o que ele não era, de tal modo, porém, que não deixou de ser o que era pelo primeiro <nascimento>, no qual nasceu do Pai. Por isso, cremos que ele é de duas – ou em duas – naturezas, que permanecem indivisas e inconfusas: indivisas, já que o único Cristo, também depois de tomar a nossa natureza, permaneceu e permanece Filho de Deus; inconfusas, porque cremos que as naturezas foram unidas em uma só pessoa e subsistência, de modo que, conservada a peculiaridade de ambas, nenhuma das duas é superada pela outra. E, portanto, professamos, como

sempre temos dito, que o único e o mesmo Cristo é verdadeiro Filho de Deus e, o mesmo, verdadeiro filho do homem, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade, em tudo semelhante a nós, excluído o pecado; passível na carne e, <sendo> o mesmo, impassível na divindade. (DS, n.442).

No mistério da encarnação (Lc 1,35), o Verbo que no princípio criou todas as coisas (Jo 1,3), fez-se Homem, sem abster-se de sua divindade. Portanto, na Segunda Pessoa da Santíssima Trindade há duas naturezas; elas são inseparáveis, porque depois de assumir a natureza humana, o Verbo não deixou de ser Deus, e, após a encarnação nunca mais deixou de ser homem; ao mesmo tempo, não há confusão entre as naturezas, visto que, elas estão unidas na mesma Pessoa Divina. Sendo assim, é correto afirmar que Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro Homem.

Além disso, uma das mais belas profissões de fé em Jesus Cristo, saiu da boca do Apóstolo Pedro, como resposta imediata a uma pergunta de Jesus, onde o Mestre questionava justamente: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16,15). Ao que Pedro respondeu: “‘Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo’. Jesus então declarou: ‘Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi carne e sangue que te revelaram isso, mas meu Pai que está nos céus’” (Mt 16,16-17).

Depois que o Apóstolo Pedro afirmou essa verdade de fé, segundo Costa (2019, p.283-284), a Igreja nunca mais cessou de anunciar que Jesus de Nazaré, o filho de Maria, sendo verdadeiro homem é também verdadeiro Deus. Em muitos momentos de sua vida terrena, o Nazareno expressou a sua convicção de ser Ele o Filho de Deus. Por exemplo, quando disse a sua Mãe: “Não sabeis que devo estar na casa de meu Pai?” (Lc 2,49); ou, ainda, quando disse: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30); a união do Pai e do Filho é tão íntima, que quem vê o Filho, vê também o Pai (Jo 14,9). Conforme afirma o IV Concílio de Latrão:

Cremos firmemente e confessamos sinceramente que um só é o verdadeiro Deus eterno e incomensurável, imutável, incompreensível, onipotente e inefável, Pai e Filho e Espírito Santo: três pessoas, mas uma só essência, substância ou natureza absolutamente simples. (DS, n.800).

Ao certificar que Jesus é verdadeiro Deus, a Igreja testemunha que Ele tem poder para salvar, porque o homem com suas próprias forças não pode se salvar, sozinho ele não consegue se libertar da escravidão do pecado (Jo 8,34 e Rm 6,20). Conforme diz a *Ad Gentes*:

Por si mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado e se eleve acima de si mesmo, ninguém absolutamente que se liberte a si mesmo da sua

enfermidade, da sua solidão ou da sua escravidão, mas todos precisam de Cristo como modelo, mestre, libertador, salvador, vivificador. (AG, n.8).

O próprio nome de Jesus quer indicar a sua identidade e a sua missão, esse nome significa “Deus Salva” ou “Salvador”. Existiram outros homens que tiveram o nome de Jesus, como por exemplo, Jesus Ben Sirac, o compilador do Livro do Eclesiástico ou Sirácida. Porém, esse nome atingiu a totalidade de seu significado na pessoa de Jesus Cristo, porque Ele tirou a humanidade do domínio do pecado e da morte, e realizou a redenção de todos os homens na cruz, abrindo o Reino dos Céus para os homens de todas as épocas (cf. BARRIENDOS, 2005, p.36).

Ademais, seguindo a esteira de Tomás de Aquino, Royo Marín (2020, p.91-94), descreve os motivos que há para acreditar na divindade de Jesus Cristo, primeiro é preciso ter fé, e a fé é um dom de Deus, logo, é uma graça sobrenatural, que o Senhor derrama do alto sobre os homens. Permitindo, como afirma a Carta aos Hebreus: que o homem possa crer nos bens que se esperam, ou seja, nos bens que ele ainda não possui; e tenha já na Terra, a certeza das realidades que são invisíveis aos olhos (Hb 11,1). Em segundo lugar, é necessário crer na autenticidade do Evangelho, segundo Marín (2020, p.94):

Historicamente, eles são certíssimos. Poucos documentos históricos passaram por um exame mais rigoroso feito por racionalistas, cujo interesse mais apaixonado era negar sua autenticidade histórica. Eles não conseguiram. O próprio Renan, após esforços extenuantes para se convencer do contrário, teve de escrever: “Em resumo: eu admito como autênticos os quatro evangelhos canônicos”. E Harnack: “Trabalhamos os racionalistas cinquenta anos febris para remover pedras maciças que servem como pedestal para a Igreja Católica?”

Portanto, considerando o Evangelho como verídico, é obrigatório admitir que os milagres realizados por Jesus e nele narrado são verdadeiros. Logo, é justificável crer no que se segue, conforme Marín (2020, p.95):

- 1º Milagres são feitos sensíveis realizados contra as leis da natureza. Portanto, somente Deus, autor dessas leis, ou alguém em seu nome e com poder divino, pode fazer um verdadeiro e autêntico milagre.
- 2º Deus não pode autorizar com um milagre o testemunho de um impostor. É contrário à infinita santidade e veracidade de Deus, que não pode ser enganado ou nos enganar.
- 3º Jesus fez inúmeros milagres *com sua própria autoridade e poder*, sem invocar previamente a ajuda de Deus. Alguns dos mais surpreendentes (cura do paralisado, ressurreição de Lázaro) foram feitos expressamente para demonstrar que ele tinha o poder de perdoar os pecados – atributo exclusivo de Deus – (Mt 9,6-7) e para o povo acreditar que era o enviado do Pai (Jo 11,42).

A seguir, Marín (2020, p.95-96), apresenta os milagres que dão testemunho autêntico da divindade de Jesus Cristo:

1. Tinha poder absoluto sobre doenças:

1. Lepra: Mt 8,1-4; Lc 17,11-19.
2. Paralisia: Mt 9,1-8; Jo 5,1-9.
3. Cegueira: Mt 9,27-31; 12,22-23; 20,29-34; Mc 8,22-26; Jo 9,1-7.
4. A febre: Mt 8,14.
5. Surdez e mudez: Mt 9,32-34; 12,22-23; 15,29-31.

2. E sobre a própria morte:

1. A filha de Jairo: Mt 9, 18-26.
2. O filho da viúva de Naim: Lc 7, 11-17.
3. Lázaro: Jo 11, 33-44.

3. As coisas inanimadas e as forças da natureza obedeciam-lhe:

1. Conversão de água em vinho: Jo 2,1-11.
2. Multiplicação dos pães e peixes: Mt 14,13-21; 15,32-39,
3. A tempestade acalmada: Mt 8,23-27.
4. Anda sobre o mar: Mt 14,24-36.
5. A moeda na boca do peixe: Mt 17,23-27.
6. A pesca milagrosa: Lc 5,1-9.
7. Maldição da figueira: Mt 21,18-19.

4. Os demônios tremiam diante d'Ele e obedeciam às suas ordens:

1. O homem possuído de Gerasa: Mt 8,28-34.
2. O endemoniado mudo: Mt 9,32-34.
3. O endemoniado de Cafarnaum: Lc 4,33-37.

Além disso, não se pode desconsiderar as profecias de Jesus, porque se Ele tivesse predito coisas relacionadas com os fenômenos da natureza, tais revelações poderiam ser atribuídas ao seu conhecimento científico; mas, uma vez que Ele anunciou fatos pertencentes ao livre-arbítrio dos homens, não há dúvidas de que seu conhecimento seja de origem divina. Conforme Marín (2020, p.96), “seu anúncio com toda segurança e firmeza, juntamente com o seu cumprimento exato, é um *milagre moral* que revela claramente a intervenção divina”. Nesse sentido, Cristo comunicou a sua paixão, morte e ressurreição (Mt 20,18-19; Mc 10,32-34 e Lc 18,31-34); informou sobre a traição de Judas (Mt 26,20-25; Mc 14,17-21; Lc 22,21-23 e Jo 13,21-30), advertiu a Pedro de sua tríplice negação (Mt 26,30-35; Mc 14,26-31; Lc 22,31-34 e Jo 13,36-38); notificou aos discípulos, de que eles seriam perseguidos (Mt 10,17-22; Mc 13,9-13; Lc 21,12-19 e Jo 15,18-16,4) e predisse a ruína de Jerusalém (Lc 19,41-44).

Além do mais, se depois de tudo isso, ainda houvesse alguma dúvida da divindade de Cristo, a prova cabal de que Jesus é verdadeiro Deus, se deu com a sua ressurreição. Na hora de sua paixão e morte todos os discípulos o haviam abandonado (Mc 14,50), acompanhavam tudo à distância (Lc 23,49), exceto João, ele foi o único que ficou ao lado de Jesus (Jo 19,25-27). Todo o processo, desde a traição de Judas até a morte de Cristo, gerou dispersão e certo receio entre os seguidores mais íntimos de Jesus. Em consequência disso, o grupo dos apóstolos estava reunido com as portas fechadas, por medo dos judeus, no dia da páscoa (Jo 20,19); mas, depois da comprovação da ressurreição (Jo 20,8.19-23.26-29) e da vinda do Espírito Santo sobre eles (At 2,1-11), esses mesmos homens que estavam com pavor, começaram a pregar o

Evangelho de Cristo com veemência e sem temor (At 2,14-36; 4,1-22 e 5,17-33), e o Espírito Santo realizou muitos sinais e conversões por meio deles (At 2,37-41; 3,1-16 e 5,12-16).

Por outro lado, se alguém ainda dúvida da ressurreição de Cristo, um grande indício de que a ressurreição é verídica, é o fato de que os apóstolos deram a vida por causa dessa verdade, ninguém em pleno uso das suas faculdades mentais morreria por causa de uma mentira. Além do que, nunca foi encontrado o Corpo de Jesus, e, como o próprio Apóstolo Paulo afirmou: se Cristo não ressuscitou vã é a nossa fé (1Cor 15,14). Todos os discípulos tiveram que trabalhar muito para disseminar a doutrina de Jesus, eles levaram a sério o mandado de Cristo de ir por todo o mundo e pregar o Evangelho (Mc 16,15). Os apóstolos não teriam gastado o seu tempo, nem teriam indo até as últimas consequências, isto é, a morte, para divulgar uma mentira ou anunciar algo que eles não acreditassem; pois, falavam e davam testemunho daquilo que viram e ouviram (At 4,20 e 1Jo 1,3); e, por causa disso, se alegravam de serem perseguidos pelo Nome de Jesus (At 5,41).

2.3 – Jesus, Verdadeiro Homem

Antes de falar da natureza humana de Jesus, compete abordar o seguinte: o que é o homem? O relato da criação conta que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26-27). Segundo Ladaria (1998, p.52),

A mensagem do Gênesis foi reinterpretada à luz de Cristo. Com efeito, a imagem de Deus, segundo o Novo Testamento, é o próprio Jesus (2Cor 4,4; Cl 1,15). Esse conceito está relacionado com a teologia da revelação: Jesus, enquanto imagem do Pai, o revela. A ideia do homem, que no Antigo Testamento aparece como central, agora é reinterpretada de maneira cristológica.

Para Tomás de Aquino, o homem é a imagem de Deus na sua parte intelectual, pois a inteligência humana pode, dentro dos seus limites, imitar a inteligência divina. De acordo com o Doutor Angélico, o homem é a imagem de Deus, porque pode conhecer e amar o próprio autor da vida, diferente dos animais, plantas e criaturas inanimadas (cf. AQUINO, Ia, q.93, a.4).

Voltando ao Antigo Testamento, mas, desta vez, ao salmo 144, nota-se que ele exprime a fragilidade da humanidade com essas palavras: “Senhor, que é o ser humano, para que o reconheças, o filho do homem, para que o consideres? O Ser humano é semelhante a um sopro; seus dias, como a sombra que passa” (Sl 144,3-4). Outro trecho do salmo ainda diz:

“Que é o ser humano, para dele te lembrares, o filho do homem, para que o visites? Tu o fizestes pouco menor que os anjos, de glória e de honra o coroaste e o constituíste acima das obras de tuas mãos. Tudo sujeitastes aos seus pés, todas as ovelhas e os bois, além de todos os animais do campo, os pássaros do céu e os peixes do mar, e todo ser que percorre as veredas dos mares” (Sl 8,5-9).

Tanto na passagem de Gênesis (Gn 1,26), quanto no Salmo (Sl 8,6-9), está explícito a ideia de que o homem deve dominar sobre as outras criaturas; ou seja, ele tem de administrar os animais e os vegetais, as coisas animadas e as inanimadas (Gn 1,29-30). O Concílio Vaticano II, também reconhece essa realidade, quando enuncia na *Gaudium et Spes*: “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes” (GS, n.12). Contudo, é preciso entender o que essa proposição quer designar, segundo Ladaria (1998, p.51-52), a concepção deve ser a seguinte: “do conjunto do Antigo Testamento depreende-se que o homem, em nome de Deus e perante Ele, é responsável pelo mundo; é, enquanto interlocutor de Deus, parte ativa na história que o Senhor iniciou e que deseja levar a termo”.

Além do mais, ao falar do homem, não se pode deixar de lado suas partes constitutivas, “o homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador” (GS, n.14). Em outras palavras, as coisas materiais só podem atingir seu auge e servirem para a maior glória de Deus, quando o homem faz uso delas de maneira digna e correta. Portanto, ninguém deve desprezar o seu corpo ou os objetos que o cercam; porque tudo foi criado por Deus, e Ele observou e viu que tudo o que Ele fez era bom (Gn 1,31). Em conformidade com o pensamento da Igreja, da unidade entre corpo e alma, Ladaria (1998, p.68), diz, citando Tomás de Aquino:

Com sua fórmula da alma como única forma do corpo, sem dúvida trouxe uma contribuição de inestimável importância para a antropologia cristã. Sua concepção da unidade do homem, na diferenciação entre alma e corpo, impede que algum desses dois elementos por si só possa ser considerado o “homem”.

Agora, acerca da alma, de acordo com Costa (2019, p.266-267),

A filosofia acostumou-se a fazer três distinções [...]: vegetativa, animal e intelectiva. Em comum com outros seres vivos, o homem tem alma vegetativa e animal, mas, diferente deles, o ser humano tem também uma alma espiritual. Jesus também possui uma alma íntegra, também no que diz respeito ao seu aspecto intelectual-espiritual. São Paulo utiliza outra distinção: somos constituídos de corpo, alma e espírito (cf. 1Ts 5,23). Contudo, mesmo na distinção feita pelo apóstolo, se pode manter o que fora dito pela filosofia clássica, já que a alma, enquanto intelectual é espiritual, isto é, espírito.

De acordo com o Apóstolo Paulo (1Ts 5,23), o homem é constituído de três partes, corpo, alma e espírito. Para a Igreja “‘Espírito’ significa que o homem é ordenado, desde a sua criação, para o seu fim sobrenatural” (CaIC, n.367). Conforme Ladaria (1998, p.70), o conceito de “alma espiritual” é diferente da noção de “espírito”. Sobre a definição de alma espiritual, o Catecismo recorda que: “a Igreja ensina que cada alma espiritual é diretamente criada por Deus – não é “produzida” pelos pais – e é imortal: ela não perece quando da separação do corpo na morte e se unirá novamente ao corpo na ressurreição final” (CaIC, n.366). Já a concepção de espírito, não é uma simples transcendência do mundo material, é antes de tudo, o fato de o homem estar em comunhão com Deus (cf. LADARIA, 1998, p.70). Segundo Ladaria (1998, p.71), “o homem é desde o começo um ser chamado pelo Espírito de Deus, e por esse mesmo chamado constituído como alma espiritual”. Ou seja, porque o homem é convocado por Deus desde a criação, ele tem uma alma espiritual. Portanto, o homem deve procurar exercitar a sua relação com Deus, visto que, em conformidade com Ladaria (1998, p.68), “o homem ‘perfeito’ não é aquele que consta de alma e corpo, mas sim de alma, corpo e espírito, em que este último elemento, na sua complexidade teo-antropológica, é, ao mesmo tempo, transcendente, divino e necessário à nossa ‘perfeição’”.

Foi necessário tratar de todos esses assuntos, porque, no mistério da encarnação (Lc 1,35), o Verbo Eterno do Pai assumiu a natureza humana (Jo 1,14); isso significa que Jesus tomou para si “o homem uno e integral: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS, n.3).

Antes de continuar, é preciso explicar mais uma coisa, como dito acima, o Verbo assumiu a natureza humana e não uma pessoa humana. Uma pessoa segundo a definição de Boécio é uma “substância individual de natureza racional” (ABBAGNANO, 2007, p.761). Sendo assim, se a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade assumisse uma pessoa humana, haveriam duas pessoas, a pessoa divina e a pessoa humana. Todavia, a Igreja professa que há apenas uma Pessoa divina, na qual há duas naturezas, divina e humana. Está de acordo com essa afirmação Marín (2020, p.84), que diz,

Esta conclusão é de fé, expressamente definida contra a heresia nestoriana, como já vimos. A pessoa divina do Verbo não poderia assumir uma pessoa humana, porque a personalidade é totalmente incomunicável a outra pessoa, e porque - mesmo se fosse possível - teríamos duas pessoas em Cristo, contra a doutrina da fé. Cristo é uma só pessoa divina (não humana) em duas naturezas: divina e humana.

Na teologia católica, a união das duas naturezas, humana e divina, na única Pessoa do Verbo é chamada de união hipostática. Confirma essa doutrina a 2ª carta de Cirilo de Alexandria a Nestório:

Não dizemos, de fato, que a natureza do Verbo foi transformada e se fez carne, mas também não que foi transformada em um homem completo, composto de alma e corpo; antes, porém, que o Verbo uniu segundo a hipóstase a si mesmo uma carne animada por alma racional e veio a ser homem. (DS, n.250).

A palavra hipóstase vem do grego: *ὑπόστασις* – *hypostasis* – “substância” é um termo usado para designar a natureza de alguma coisa (*res*). Ao longo da história, o termo se tornou sinônimo da palavra latina *persona*, isto é, o indivíduo de natureza racional. Considerando pessoa como sujeito de natureza racional, pode-se dizer que apenas Deus, os anjos e os homens são pessoas (cf. MARÍN, 2020, p.71). Na reflexão teológica acerca da Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, esse termo ajuda a entender que existe uma única pessoa divina (*hypostasis*) que subsiste em duas naturezas (divina e humana). Já em relação à Teologia da Trindade, o termo significa que são: “três pessoas, mas uma só essência, substância ou natureza absolutamente simples”. (DS, n.800).

Os teólogos frequentemente usam as palavras pessoa, suposto ou hipóstase (*ὑπόστασις*) como sinônimos, embora nos primeiros séculos da Igreja esta última expressão tenha sido usada algumas vezes para designar a simples natureza. Portanto, na linguagem teológica, para designar a união realizada entre as duas naturezas de Cristo com a pessoa do Verbo, são usadas indistintamente as expressões união pessoal, ou em um só suposto, ou união hipostática. (MARÍN, 2020, p.71).

Uma vez compreendido que o Verbo assumiu a natureza humana e não a pessoa humana, agora cabe falar das partes que compõe essa natureza, isto é, o corpo e a alma. Conforme Costa (2019, p.267),

O Novo Testamento deixa claro que Jesus tem um verdadeiro corpo. O Evangelista João deixa bem claro que o Verbo se fez carne (Jo 1,14) e Jesus realmente nasceu de uma mulher (cf. Mt 1,16; Gl 4,4). O diabo, sabendo da real humanidade de Jesus, tenta-o para que sacie sua fome, naquele momento em contraposição ao plano de Deus (cf. Mt 4,1-4). O texto bíblico também afirma que as crianças se aproximaram de Cristo, que “abraçando-as, abençoou-as, impondo as mãos sobre elas” (Mc 10,16). Os inimigos de Jesus procuravam tirar-lhe a vida (cf. Jo 8,40), mas só se pode matar uma realidade viva e material. E, inclusive depois da ressurreição, Jesus faz questão de dizer que o seu corpo é real, porém agora glorioso: “apalpai-me e entendei que um espírito não tem carne, nem ossos, como estais vendo que eu tenho” (Lc 24,39).

Para Marín (2020, p.178), “não há dúvida de que o corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo deve ser perfeito desde todos os pontos de vista”. Apesar de ser um corpo perfeito, foi

um corpo humano normal, sujeito a dor (Mt 27,27-31; Mc 15,15-20 e Jo 19,1-3) e que teve de passar pela experiência da morte (Mt 27,45-50; Mc 15,33-39; Lc 23,44-46 e Jo 19,28-30). Uma vez que é um corpo perfeito, é plausível que também tivesse grande beleza física, pode-se sustentar esse argumento pelo que é dito no Salmo: “És o mais belo dos filhos dos homens, a graça escorre dos teus lábios, porque Deus te abençoa para sempre” (Sl 45,3).

Além de afirmar o verdadeiro corpo de Cristo, é preciso também crer na sua verdadeira alma. De acordo com Costa (2019, p.275),

O Novo Testamento testemunha claramente que Jesus tinha verdadeira alma humana, que se manifestava nos seus sentimentos humanos: indignação (cf. Jo 2,15-17), tristeza (cf. Mt 26,38), alegria (cf. Jo 11,15). Essa espiritualidade humana manifesta-se também no exercício da virtude, como a obediência ao Pai (cf. Jo 5,30) e a humildade (cf. Mt 11,29). Ele fala claramente que a sua alma está triste até a morte (cf. Mt 26,38) e entrega o seu espírito nas mãos do Pai (cf. Lc 23,46).

Ao nascer de Maria, Jesus passa a pertencer à grande família humana, não só isso, sua carne descende da carne de Maria, logo, se Maria descende de Adão, a carne de Jesus também descende da carne de Adão. Conforme Costa (2019, p.276),

Ao nascer de Santa Maria, Jesus é verdadeiramente um de nós, não somente por ter um corpo e uma alma como a nossa, mas também porque pertence a nossa família humana, à descendência de Adão, através de Abraão, Isaac e Jacó. Ele é da linhagem de Davi segundo a carne (cf. Rm 1,3; Lc 1,27). Jesus é o novo Adão (cf. Rm 5), é o descendente de Adão, inserido na nossa história, de tal forma que tomou sobre si, enquanto novo Adão, toda a humanidade.

Portanto, Cristo é verdadeiro homem, pois, no mistério da encarnação (Lc 1,35), Ele assumiu em sua Pessoa Divina a natureza humana, isto é, um corpo e uma alma racional. Em outras palavras, Aquele que no princípio criou todas as coisas (Jo 1,3), se fez Homem (Jo 1,14), veio ao mundo, mas infelizmente os seus não o reconheceram (Jo 1,11). Porém, aqueles que o receberam, viram a sua glória manifestada no mundo (Jo 1,12.14).

2.4 – Jesus Cristo, o Mediador entre Deus e os Homens

Convém perguntar: por que houve a encarnação do Verbo? Qual a sua finalidade? O Verbo se fez carne (Jo 1,14), para buscar e salvar todo aquele que estava perdido (Lc 19,10); para se encontrar com os doentes e pecadores, dando-lhes esperança, já que Ele prefere a

misericórdia do que o sacrifício (Mt 9,12-13); veio quando a humanidade ainda era escrava do pecado (Rm 6,20); pois, “por si mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado [...], mas todos precisam de Cristo como modelo, mestre, libertador, salvador, vivificador” (AG, n.8). Portanto, “Deus não enviou o seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,17). Assim os católicos professam no Credo Niceno-Constantinopolitano: Cremos em Jesus Cristo “o qual, em prol de nós, homens, e de nossa salvação, desceu dos céus, e se encarnou, do Espírito Santo, <do seio> de Maria Virgem, e se fez homem” (DS, n.150). Segundo a *Dei Verbum*:

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tm 1,17), no seu imenso amor, fala aos homens como amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e conversa com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir a participarem da sua comunhão. Esta “economia” da revelação executa-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; enquanto as palavras declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. E, a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos por meio desta Revelação, no Cristo, que é simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a Revelação. (DV, n.2).

Por isso, como alega a Carta Hebreus: “Muitas vezes e de muitos modos, Deus falou outrora aos nossos pais, pelos profetas. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual também criou o universo” (Hb 1,1-2). A Palavra eterna que se exprime na criação e que se comunica na história da salvação, tornou-se em Jesus Cristo um homem (cf. DCE, n.11) Conforme Vieira (2016, p.30-31),

Quis Deus converter o mundo, e que fez? Mandou ao mundo seu Filho feito homem. Notai. O Filho de Deus, enquanto Deus, é palavra de Deus, não é obra de Deus: *Genitum non factum*. O Filho de Deus, enquanto Deus e Homem, é palavra de Deus e obra de Deus juntamente: *Verbum caro factum est*.

Nesse sentido, a Palavra Eterna do Pai se fez obra na carne humana de Jesus de Nazaré. De fato, após ter falado pela boca dos profetas no Antigo Testamento, de acordo com Costa (2019, p.284), Deus quis vir ao mundo, quis entrar na história, quis estar perto dos homens e fazer-se companheiro de caminhada. A encarnação, foi o encontro histórico da eternidade com o tempo. Com isso, a eternidade não foi rebaixada, pelo contrário, o tempo é que foi elevado. Esta incompreensão do mistério do Deus feito homem, é um ato da absoluta condescendência do Criador.

Pois, quando Deus criou o homem, o fez dando-lhe os dons preternaturais, ou seja, ele seria imortal, porque a morte é o salário do pecado (Rm 5,12; 6,23); teria a impassibilidade, isto significa que o homem não precisaria sofrer (Gn 3,16); possuiria integridade, porque seus afetos, sentimentos e desejos não seriam desordenados, mas estariam submetidos à razão; e, por fim, teria a ciência infusa: que tornaria o homem capaz de assumir suas responsabilidades diante de Deus e do mundo (cf. COSTA, 2019, p.279).

No entanto, ao assumir a natureza humana de forma perfeita, Jesus não a assumiu em sua originalidade antes do pecado, isto é, com os dons preternaturais (assumiu a natureza humana sem pecado e sem os dons preternaturais). Mas, pelo contrário, tomou para si as características naturais ao homem após o pecado, como por exemplo, a passibilidade e a mortalidade; isso ficou claro anteriormente, quando foi dito que o corpo de Jesus passou pela experiência da dor e da morte.

A novidade trazida por Jesus Cristo, é que o homem era escravo do pecado (Rm 6,20), e o pecado desumaniza o homem. Jesus, o Verbo encarnado, veio ao mundo justamente para mostrar que Ele é o homem perfeito. Portanto, Jesus era tão humano, que só poderia ser Deus. Então, o Nazareno veio mostrar um Deus que não é vingativo e guerreiro, muito pelo contrário, é um Deus tão próximo da humanidade, que se pode chama-lo de Pai. O Documento de Aparecida fala sobre essa realidade:

Bendizemos a Deus pela dignidade da pessoa humana, criada à sua imagem e semelhança. Ele nos criou livres e nos fez sujeitos de direitos e deveres em meio à criação. Agradecemos a Ele ter-nos associado ao aperfeiçoamento do mundo, dando-nos inteligência e capacidade para amar; e lhe agradecemos a dignidade, que recebemos também como tarefa que devemos proteger, cultivar e promover. Bendizemos a Deus pelo dom da fé que nos permite viver em aliança com Ele até o momento de compartilhar a vida eterna. Bendizemos a Deus por nos fazer suas filhas e filhos em Cristo, por nos haver redimido com o preço de seu sangue e pelo relacionamento permanente que estabelece conosco, que é fonte de nossa dignidade absoluta, inegociável e inviolável. Se o pecado deteriorou a imagem de Deus no homem e feriu sua condição, a boa nova, que é Cristo, o redimiu e o restabeleceu na graça (cf. Rm 5,12-21). (DAp, n.104).

Antes da Conferência de Aparecida, o próprio Concílio Vaticano II, na constituição *Gaudium et Spes*, lembrava ao homem, que Cristo é a imagem do Deus invisível (Cl 1,15), e, portanto, deve servir de modelo para a humanidade:

Ele é o homem perfeito, que restitui aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que, nele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo, também em nós foi ela elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana,

amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado. (GS, n.22).

Mesmo depois do pecado, Deus não desiste do homem e manda o seu Filho Unigênito ao mundo para salvar o mundo por Ele (Jo 3,17). Em vista disso, Jesus Cristo se tornou o Mediador entre Deus e os homens (1Tm 2,5). Para que uma pessoa exerça o papel de mediador, é necessário que ela tenha relação com as duas partes. Dito de outro modo, Jesus Cristo é o Mediador, porque ele está dos dois lados; ao mesmo tempo que Ele é verdadeiro Deus, e, por isso, pode realizar o ato da redenção, isto é, realizar um sacrifício único e definitivo capaz de pagar de uma vez por todas pelos pecados do homem (Rm 4,25); Ele também é verdadeiro homem, e como Deus feito homem seu sacrifício tem dignidade para reconciliar os homens com Deus (2Cor 5,19). Em síntese, Jesus Cristo desempenha a função de Mediador, pelo fato da união hipostática, que já foi explicada anteriormente.

A própria Sagrada Escritura faz menção da mediação exercida por Cristo: em Atos diz que não há outro nome pelo qual devemos ser salvos (At 4,12); em Efésios fala que por meio de Cristo todos tem acesso ao Pai (Ef 2,18); isso só é possível, porque Cristo é o caminho que leva ao Pai (Jo 14,6); sendo assim, no mistério da encarnação do Verbo, Deus visitou o seu povo, deu a conhecer o seu rosto divino, uma vez que Ele, Jesus Cristo, é a imagem do Deus invisível (Cl 1,15).

Segundo Barriendos (2005, p.150), Jesus realiza a mediação através de seu sacerdócio. Conforme a Carta aos Hebreus: “Porquanto todo Sumo Sacerdote, tirado do meio dos homens é constituído em favor dos homens em suas relações com Deus. Sua função é oferecer dons e sacrifícios pelos pecados” (Hb 5,1). Jesus ao ser crucificado, torna-se sacerdote, porque o ofício do sacerdote é oferecer dons e sacrifícios (Jesus ofereceu a si mesmo como dom, no sacrifício na cruz) pelos pecados (Hb 5,1). É Ele o resplendor da glória de Deus, Ele sustenta o universo com o poder de sua Palavra, e depois de ter realizado a reparação dos pecados da humanidade, subiu aos céus onde está sentado à direita do Pai (Hb 1,3). Jesus é o Sumo e Eterno Sacerdote da Nova Aliança:

O tema mais importante da nossa exposição é este: temos tal sacerdote que se assentou à direita do trono da Majestade nos céus. Ele é ministro do Santuário e da Tenda, a verdadeira, armada pelo Senhor, e não por homem. Todo Sumo Sacerdote, com efeito, é constituído para oferecer dádivas e sacrifícios; pelo que é necessário ter ele mesmo algo a oferecer. Na verdade, contudo, se Jesus estivesse na terra, não seria nem mesmo sacerdote. Pois já existem os que oferecem dádivas, de acordo com a Lei. Estes realizam um culto que é cópia e sombra das realidades celestes, de acordo com a instituição divina recebida por Moisés a fim de construir a Tenda. Foi-lhe dito, com efeito: Vê que faças tudo segundo o modelo que te foi mostrado na montanha. Agora, porém, Cristo

possui um ministério superior. Pois é ele o mediador de aliança bem melhor, cuja constituição se baseia em melhores promessas. De fato, se a primeira aliança fora sem defeito, não se trataria de substituí-la pela segunda. Ele faz, com efeito, uma repreensão: Dias virão, diz o Senhor, nos quais realizarei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança. Não como a aliança que fiz com os pais deles, no dia que os conduzi pela mão, para fazê-los sair da terra do Egito. Pois eles mesmos não mantiveram a minha aliança; por isso não me interessei por eles, diz o Senhor. Eis a aliança pela qual ficarei unido ao povo de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei minhas leis na sua mente, e as inscreverei no seu coração; e eu serei seu Deus, e eles serão meu povo. Ninguém mais ensinará o seu próximo, e nem o seu irmão, afirmando: “Conhece o Senhor!” Porque todos me conhecerão, do menor até o maior. Porque terei misericórdia das suas faltas, e não me lembrarei mais dos seus pecados. Assim sendo, ao falar de nova aliança, tornou velha a primeira. Ora, o que se torna antigo e envelhece está prestes a desaparecer. (Hb 8,1-13).

Nesse sentido, Cristo é o Sumo e Eterno Sacerdote da Nova e Eterna Aliança (Hb 8,6-13), todos os outros sacerdotes (ministros ordenados ou a multidão dos batizados que pertencem ao sacerdócio comum dos fiéis) participam do único sacerdócio de Cristo. Portanto, deve-se crer firmemente, como verdade de fé católica, que a vontade salvífica e universal do Deus Uno e Trino é oferecida e realizada de uma vez por todas no mistério da encarnação, morte e ressurreição do Filho de Deus (cf. DI, n.14). Ele é o Mediador entre Deus e os homens, por causa de sua união hipostática, Ele assumiu a natureza humana, a redimindo, e deixou a si mesmo como modelo do homem perfeito (GS, n.22).

3 – CAPÍTULO III – O DOGMA CRISTÓLOGICO

O terceiro capítulo deste trabalho pretende abordar o desenvolvimento da compreensão da Igreja sobre a identidade de Jesus Cristo, a partir da história do desdobramento doutrinal e da elaboração dos dogmas cristológicos.

A confissão cristológica essencial depreendida a partir do Novo Testamento é: “Jesus de Nazaré é o Cristo e o Filho de Deus” e a tarefa primeira de toda cristologia posterior consistirá em esclarecer a natureza dessa afirmação. Esta afirmação, simples na aparência, é na verdade bastante complexa, nela se sintetizam três afirmações que se implicam necessariamente: a verdadeira humanidade de Jesus, sua verdadeira divindade e a união entre o divino e o humano (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RUESTRA, 2004, p.167; CARDEDAL 2001, p.192).

O dogma cristológico, se desenvolveu nos primeiros séculos, no contexto do encontro entre o mistério cristão e a filosofia do mundo helenista. Tal encontro representou ao mesmo tempo oportunidade e risco. Oportunidade, pois possibilitava uma “inculturação”: anunciar o mistério de Cristo nos termos da cultura predominante, e risco, pois no afã de redimensionar o mistério de Jesus Cristo, segundo a estrutura vigente da especulação helenista, poder-se-ia cair num reducionismo (cf. DUPUIS, 1999, p.107).

De fato, toda a problemática e discussão em torno das heresias cristológicas que se sucedeu nos primeiros séculos da Igreja, tiveram sua origem em alguma forma de reducionismo cristológico (DUPUIS, 1999, p.108). Normalmente divide-se o desenvolvimento do dogma cristológico, nos primeiros séculos, em três períodos, correspondentes às três formas distintas de reducionismo cristológico, segundo Dupuis (1999, p.108-109):

A primeira forma de reducionismo atingia a realidade e a integridade da existência humana de Jesus Cristo. A resposta a esse docetismo vem do próprio Novo Testamento e dos primeiros Padres da Igreja, como Irineu e Tertuliano. Na segunda forma, o reducionismo cristológico visava à condição divina de Jesus, ensejando heresias como o adocianismo, o sabelianismo, o arianismo e outras. Contra tais tendências, os dois Concílios Ecumênicos, o de Nicéia (325) e o de Constantinopla (381), que foram ao mesmo tempo cristológicos e trinitários, afirmaram tanto a verdadeira dignidade do Filho de Deus, igual do Pai, como a inteireza de sua existência humana. Por fim a terceira forma de reducionismo cristológico girou em torno da união misteriosa, concretizada em Jesus, da condição divina e da condição humana. Esse mistério de unidade na distinção causou heresias opostas: umas, mantendo a distinção, sacrificavam a união, como o nestorianismo; outras, ao contrário, sustentando a unidade, negavam a

distinção, como o monofisismo. Essas heresias não faziam justiça ao Filho de Deus que se fez homem e foram condenadas pelo Concílio de Éfeso (431) e de Calcedônia (451), respectivamente.

Na sequência, apresentar-se-á com mais detalhes as discussões de cada um desses três períodos da história da definição dos dogmas cristológicos. A história dos dogmas e suas definições estão estreitamente ligadas aos concílios da Igreja. Em relação a Cristologia, os concílios mais importantes são: Niceia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia.

3.1 – O período inicial: O docetismo gnóstico

O primeiro período de heresias cristológicas na história da Igreja compreende principalmente a forma de reducionismo que nega a realidade e a integridade da existência humana de Jesus Cristo. Estas correntes de pensamento surgem do contato do pensamento cristão com os filósofos gregos antigos, para eles era inconcebível o envolvimento pessoal e real de Deus com a realidade humana (cf. DUPUIS, 1999, p.108). A primeira dessas correntes é o gnosticismo. É difícil remontar as origens do gnosticismo, trata-se de um momento amplo e de ensinamentos diversos, mas é possível levantar uma base comum de crenças gnósticas. A principal crença dos gnósticos é que a salvação se dá por um tipo de conhecimento. Para os gnósticos há um dualismo da matéria e do espírito como oposição eterna (cf. FRANGIOTTI, 1995, p.31-35).

As ideias gnósticas influem também no cristianismo dando origem a diversos grupos. Um desses grupos é o do docetismo (do verbo grego *dokéo* = parecer), que defendia que a carne humana de Cristo era puramente uma aparência. O próprio evangelista João em seus escritos já fazia menção àqueles que negavam que Jesus havia vindo na carne (2Jo 7; 1Jo 4,2-3) (cf. SAYES, 2005, p.225).

O docetismo tem influência de uma visão dualista gnóstica que considera a matéria como sendo má em si mesma, incapaz e desnecessária para a salvação. Esta corrente de pensamento concebe a matéria como radicalmente oposta ao espírito. Por isso, Deus, o espírito perfeitíssimo, transcendente, imutável e impassível, não pode assumir qualquer parcela da matéria, sendo impossível conceber a Encarnação de Deus na matéria (cf. FRANGIOTTI, 1995, p.27).

Negando a realidade da encarnação e da humanidade de Cristo, muitos docetas chegam mesmo a ensinar coisas contrárias aos escritos do Novo Testamento. O gnóstico Basílides, por exemplo, ensinava que a redenção consistiu em uma hábil falsificação. O filho, sendo incorpóreo, não podia sofrer. O que aconteceu foi que Simão de Cirene o substituiu levando a cruz e sendo crucificado, enquanto Jesus, disfarçado de Simão, assistia rindo de seus inimigos. Para Marcião, o Filho de Deus não nasceu verdadeiramente, mas sim, apareceu em idade adulta com um corpo imaginário (cf. SAYES, 2005, p.209).

Pelos escritos do apóstolo João, pode-se compreender que ideias semelhantes ou bem próximas dos docetas se levantavam no meio das comunidades cristãs. Na comunidade e na tradição joanina nasceu uma tendência helenizante e gnóstica, que fez uma interpretação espiritualista do evangelho. As assim chamadas cartas de João são escritas para corrigir esta tendência dissidente. Tudo indica que a preocupação maior do autor das cartas está em orientar os fiéis fornecendo-lhes um critério seguro para distinguirem entre o joio e o trigo: “nisto reconhecereis o espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio na carne é de Deus; e todo espírito que não confessa Jesus não é de Deus” (1Jo 4,1-3). E 2Jo 7 afirma: “Porque muitos sedutores que não confessam Jesus Cristo encarnado espalharam-se pelo mundo”. A regra de fé da comunidade joanina, se baseia na aceitação do grande mistério cristológico, cujo centro é a encarnação do Verbo, que os docetas negavam (cf. FRANGIOTTI, 1995, p.28-30).

João dá uma resposta enfática aos docetas, primeiro ao afirmar no Evangelho que o “Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14) e depois em sua primeira carta, onde diz:

O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos, e o que nossas mãos apalparam do Verbo da vida. Porque a Vida manifestou-se: nós a vimos e dela damos testemunho e vos anunciamos esta Vida eterna que estava voltada para o Pai e que nos apareceu (1Jo 1,1-2).

Os primeiros Padres da Igreja reagiram contra essas heresias, insistindo na verdade da Encarnação do Filho de Deus, realçando a entrada pessoal do Filho de Deus na história humana e a autenticidade de sua união com a carne humana. Afirma Tertuliano: *caro, cardo salutis* (a carne humana tornou-se eixo de salvação) (cf. DUPUIS, 1999, p.108).

3.2 – O segundo período: Os Concílios de Niceia e Constantinopla

Conforme foi exposto, o segundo período do desenvolvimento dos dogmas cristológicos nos primeiros séculos do cristianismo; foi marcado por um reducionismo cristológico, que visava à condição divina de Jesus; tratava-se de um período marcado por discussões a respeito do dogma trinitário, que acabaram por incidir diretamente na cristologia. Neste período predominam duas heresias com respeito à Trindade: o monarquianismo e o subordinacionismo.

O monarquianismo visando proteger o monoteísmo de qualquer sombra de politeísmo, nega a pluralidade de pessoas em Deus, afirmando que há apenas uma única pessoa: a pessoa do Pai. Há duas linhas de monarquianismo: a que nega que Cristo seja verdadeiramente Deus, e a que nega que ele seja realmente distinto do Pai. Na primeira linha, Jesus seria um homem divinizado, isto é, um homem adotado por Deus como filho adotivo, não natural, que não foi gerado da substância do Pai. Por isso, essa linha é chamada de monarquianismo adocionista. A segunda linha diz que Cristo é Deus, mas nega que ele seja realmente distinto do Pai. Cristo seria apenas uma das maneiras pelas quais o Pai revelou ou atuou na história. Daí o nome de monarquianismo modalista. A linha modalista do monarquianismo foi a que mais se difundiu. Seus principais autores são Noeto, Praxeas e Sabélíio. Os modalistas, chamados sabelianos, por causa da influência que Sabélíio teve no desenvolvimento desta heresia, não reconheciam mais do que uma pessoa em Deus. Ao querer afirmar que Cristo é Deus, eles buscaram uma maneira de manter essa singularidade de pessoas na Santíssima Trindade, dizendo que Cristo não é um subsistente distinto do Pai, mas um modo distinto do Pai manifestar-se (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.168-169).

O subordinacionismo designa aquelas concepções nas quais o Filho aparece como inferior e ontologicamente subordinado ao Pai. É necessário distinguir um subordinacionismo real e um subordinacionismo verbal. O subordinacionismo verbal nada mais é do que uma expressão imperfeita da ordem existente na Trindade, ele é visto em muitas expressões dos Padres Ante-Nicenos, que nunca hesitaram em atestar a divindade das três Pessoas. Já o subordinacionismo real, consistia em uma tendência baseada no fato de que o Filho é a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, porém, no século IV, radicalizou-se a ponto de considerar o Logos como um Deus de segunda ordem, ou melhor, como a primeira das criaturas. Este é o caso de Ário (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.169-170).

3.2.1 – O arianismo e a resposta do Concílio de Niceia

Ário, foi um presbítero originário de Alexandria, nascido em torno do ano de 260. Foi discípulo de Luciano de Antioquia, o mestre do pensamento de vários bispos de sua geração. Foi admitido ao diaconato pelo Bispo Pedro I de Alexandria, depois ao presbiterado por Aquilas e, em seguida, encarregado por Alexandre da paróquia de Baucalis, tornando-se alguém influente, foi quando começou a espalhar suas ideias pessoais a respeito da Trindade (cf. SIMONETTI, 2002, p.149; KANNENGIESSER, 2004, p.181).

Ário gozava de muito prestígio perante os fiéis, muitos o tinham como um santo, tratava-se de um hábil orador e de um homem com bastante habilidade pastoral. Wolinski e Sesboüé (2002, p.208) o descrevem do seguinte modo:

Se tratava de um asceta de grande sutileza psicológica, muito dotado para a comunicação pastoral, bom conhecedor das Escrituras e igualmente formado na dialética. [...] tinha a arte de modelar suas teses em fórmulas sugestivas e acessíveis ao povo simples.

Ário em sua doutrina chega à formulação extrema do subordinacionismo que leva a um reducionismo cristológico, pois afirma que o Verbo se torna carne agindo como a alma de Jesus. Frangiotti (1995, p.86-87) resume da seguinte maneira a doutrina de Ário:

Ário afirmava a existência de um único Deus, o Pai, eterno, absoluto, imutável, incorruptível. Este Ser Supremo e Absoluto, não pode comunicar, segundo sua concepção, seu Ser, nem mesmo parcelas dele, nem por criação, nem por geração. [...] Assim, é impossível a Deus gerar um filho. Tudo o que está fora dele, portanto, foi criado do nada. Tudo o que existe fora do Deus Absoluto, eterno, incriado, incomunicável, são meras criaturas. Para criar o mundo, o Deus Supremo criou antes um ser intermediário para servir de instrumento da criação. Este ser intermediário é o Logos. O Logos é superior e anterior a todas as criaturas, mas não é eterno. [...] Se Jesus foi gerado quer dizer que houve um tempo, um instante ao menos, em que não era, razão pela qual não pode ser coeterno nem consubstancial. [...] Ário pensa, então, o mistério de Jesus Cristo nesta perspectiva: o Logos divino é criado, embora a melhor de todas as criaturas; torna-se o criador de todos os outros seres como instrumento de Deus Pai; ele é “deus” em relação as outras criaturas; este Logos divino se encarnou e se tornou a alma de Jesus Cristo, que foi adotado como Filho de Deus.

Ário defendia que o Filho de Deus foi gerado, porém, tomava este termo no sentido de “produzido”, “criado”. Para Ário aquele que foi gerado é sempre posterior ao que o gera, e, portanto, não pode ser eterno. Logo, o Filho seria inferior ao Pai, criado por Ele no tempo e depois transformado em instrumento de Deus para criar o mundo. O Filho passa a ser na teoria

ariana o “mediador criado da criação”, um ser pertencente a uma esfera intermediária, como se fosse um sol criado que iluminasse todo o universo.

Esta visão a respeito da doutrina da Trindade era também fundamentada pela cristologia de Ário: ao entender que o Logos se uniu diretamente à carne de Cristo, agindo como alma, Ário chegou à conclusão de que o Logos teria sofrido em sua própria natureza divina a humilhações e dores na Paixão, o que é incompatível com a imutabilidade e impassibilidade próprias de Deus. Consequentemente, foi imposto afirmação de que o Logos não possui a uma natureza divina autêntica, pois um Deus verdadeiro não teria sido capaz de suportar tal humilhação (cf. DUPUIS, 1999, p.115; OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.181-182).

As ideias de Ário rapidamente se espalharam e ganharam grande audiência no oriente, no meio intelectual e no meio popular, o presbítero alexandrino era dotado de grande habilidade pastoral e difundia suas ideias nas mais diversas formas, inclusive de cânticos que se popularizaram entre os marinheiros que circulavam por toda a costa do império (cf. FRANGIOTTI, 1995, p.88).

A primeira condenação aos ensinamentos de Ário, veio por parte de seu Bispo Alexandre, por volta do ano de 320. Apesar da condenação, Ário não se dá por vencido e consegue o apoio de vários de seus antigos colegas, também discípulos de Luciano e que haviam se tornado membros influentes do episcopado oriental. Destaca-se o apoio recebido por Ário da parte de Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Nicomédia, este último reuniu um sínodo que readmitiu Ário e seus seguidores na comunhão eclesial e deu conhecimento de suas decisões ao episcopado oriental, convidando-o a exercer pressão sobre Alexandre, para que revisse seu juízo. O bispo de Alexandria reafirmou a condenação de Ário num grande sínodo que contou com cerca de cem Bispos. Desse modo, ao invés de desfazer-se, a controvérsia amplia-se ainda mais para toda a Igreja oriental e introduz uma profunda divisão no seu seio (cf. ALBERIGO, 1995, p.21).

Esta divisão na Igreja criou uma divisão na sociedade. Para restaurar a concórdia de ambos, Constantino convoca o Concílio de Nicéia, atendido por cerca de 250 a 300 bispos, a figura que a tradição nos dá é o número simbólico dos 318, em referência aos 318 servidores Abraão (cf. CARDEDAL, 2001, p.230).

O imperador Constantino fez questão de ampla participação no Concílio, e ofereceu para isso, o auxílio do Estado, de modo a permitir que a presença episcopal fosse numerosa. Apesar disso, os participantes do concílio provinham, na sua quase totalidade, das Igrejas do Oriente. Dentre os participantes deste Concílio, destaca-se o diácono Atanásio, destinado a tornar-se o adversário por excelência do Arianismo, Marcelo de Acira, que por longo tempo terá seu nome associado ao de Atanásio na resistência ao arianismo e também os bispos Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Nicomedia (cf. ALBERIGO, 1995, p.24-25).

O concílio se reuniu no dia 20 de maio de 325, no palácio imperial de Nicéia e seu encerramento se deu por volta de 25 de julho. O imperador participou ativamente deste Concílio, chegando mesmo a presidir os debates relativos ao problema doutrinário. Já em seu discurso inicial Constantino sublinha seu desgosto em ver perturbada a paz da Igreja, e exortava os presentes a analisarem as causas da discórdia, a fim de que se reestabelecesse a concórdia (cf. ALBERIGO, 1995, p.26-27).

O Concílio de Niceia propõe um Símbolo de fé para resolver a questão ariana. Eis o símbolo de Niceia:

Cremos em um só Deus, Pai onipotente, artífice de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um só nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, nascido unigênito do Pai, isso é, da substância do Pai, Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, nascido, não feito, de uma só substância com o Pai (o que em grego se diz *homouísion*); por meio do qual foram feitas todas as coisas que <há> no céu e as na terra; o qual, por causa de nossa salvação desceu, se encarnou e se fez homem, e padeceu, e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu aos céus, havendo devir julgar os vivos e os mortos. E no Espírito Santo. Aqueles, porém, que dizem: “Houve um tempo em que não era” e: “Antes que nascesse não era”, e que foi feito do que não era, ou que dizem ser de outra substância ou essência, ou que Deus é mutável ou alterável, a eles anatematiza a Igreja católica. (DS, n.125-126).

A estrutura do Símbolo de Nicéia é trinitária: a referência ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo é a estrutura de todas as afirmações subsequentes. Os Padres de Nicéia não almejam fazer nada além de uma interpretação autêntica das Escrituras à luz da regra de fé. A formulação conciliar é uma reduplicação ou explicitação dos textos bíblicos e da tradição apostólica, como tradução da linguagem semítica para a esfera helênica, exclusivamente para interpretar e tornar explícito o seu significado perante novas questões e situações (cf. CARDEDAL, 2001, p.230).

Em vista dos argumentos de Ário para negar a divindade do Filho, os Padres de Nicéia decidiram incluir uma glosa muito importante: “isso é, da substância (*ousía*) do Pai”.

Assim, proclama-se inequivocamente que o Filho não é algo feito pelo Pai, mas uma comunicação do próprio ser do Pai por modo de geração. É de extrema importância doutrinária e teológica a cláusula “isto é”. Os Padres de Niceia estão convencidos de que, eles não estão dando um passo além da afirmação de que o Filho é gerado pelo Pai, não se trata de um “desenvolvimento” da doutrina, mas trata-se de apontar o sentido em que essa mesma doutrina deve ser tomada: a expressão “gerado” deve ser tomada em toda a sua radicalidade: como uma geração na qual o Pai verdadeiramente “entrega” sua própria substância ao Filho. Portanto, não é uma geração pela graça, mas uma geração por natureza (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RUESTRA, 2004, p.182-183).

Apenas 17 bispos se opuseram à fórmula nicena e se uniram a Ário. Estes, sob ameaças, acabaram por subscrever o símbolo. Apenas 2 bispos egípcios se recusaram a fazê-lo, o que lhes custou o exílio imediato. O mesmo aconteceu com Ário, Eusébio de Nicomédia e Teognide de Nicéia. O imperador apoia e sanciona as sentenças de exílio e excomunhão dos obstinados no erro ariano. Além de condenar Ário, Niceia definiu a total divindade do Filho, que não é criatura, mas gerado, desde toda a eternidade, da natureza do Pai, idêntico a ele na condição divina (cf. FRANGIOTTI, 1995, p.94).

3.2.2 – O apolinarismo e a resposta do Concílio de Constantinopla

Os anos que se seguiram ao Concílio de Niceia foram anos de grandes controvérsias, entre os arianos e os anti-arianos. Tão grande foi a intensidade deste debate que alguns, apesar de sua boa intenção em salvaguardar a fé, acabaram por incorrer em outros erros teológicos, como é o caso de Apolinário de Laodiceia.

O bispo de Laodiceia, querendo afastar-se de qualquer doutrina próxima ao arianismo, que nega a verdadeira divindade de Jesus Cristo; chega a afirmar a tal ponto a condição divina de Cristo, que lhe negará sua humanidade completa (cf. PAVÉS, 2016, p.194).

Apolinário, nascido em Laodiceia da Síria por volta de 315, é de origem alexandrina. Seu pai e ele tinham relações relativamente estreitas com Atanásio. Se torna bispo da comunidade de Laodiceia por volta de 360.

Assim expressa Wolinski e Sesboüé (2002, p.304) o pensamento de Apolinário: “Como aquele que acaba de ser proclamado em Niceia, Filho verdadeiro e Deus verdadeiro, consubstancial ao Pai, como o Verbo Encarnado pode coexistir no Cristo com um espírito propriamente humano?”

O questionamento de Apolinário é de ordem ontológica e apresenta dificuldades ao mesmo tempo religiosas e metafísicas. No âmbito religioso, Apolinário defende que é “impensável” que a presença do Verbo divino, perfeito e santificante, seja compatível em Cristo com a uma alma humana verdadeiramente responsável e livre, dispondo de um poder “hegemônico”; pois este poder de autodeterminação do homem é fonte do pecado. Para o bispo de Laodicéia, uma divindade perfeita e uma humanidade perfeita não podem coexistir num só e mesmo ser, para ele a unidade de Cristo só pode se dar, à custa de um desses seus dois lados: não pode ser às custas de sua divindade, então só resta ser à custa de sua humanidade (WOLINSKI e SESBOÜÉ, 2002, p.354).

Apolinário “sacrifica” a alma humana de Cristo, apoiado na antropologia paulina expressa em 1Ts 5,23: “que o vosso ser inteiro, o espírito, a alma e o corpo”, dá um sentido preciso aos termos “alma” e “espírito”. Segundo Apolinário Cristo tomou o corpo e a alma (*psyche*) do ser humano, mas não o espírito (*pneuma* ou *nous*). O Verbo divino é que desempenha nele o papel da alma espiritual. Esta resposta resolve a questão religiosa: Cristo não possui o princípio que domina, “hegemônico”, no homem: está, pois, ao abrigo do pecado, de suas tentações e de suas lutas (WOLINSKI e SESBOÜÉ, 2002, p.355).

Não faltaram opositores à doutrina de Apolinário, o próprio Atanásio, que havia sido seu aliado na luta contra o arianismo, se coloca contra ele. Seus principais opositores são Gregório de Nisa e Epifânio. Gregório enfatiza duas coisas: primeiro, a acusação que Apolinário faz aos católicos de conceber Cristo como dois sujeitos distintos; a segunda, que é absurdo dizer que Cristo não era um homem completo. A questão apolinarista atinge Roma, onde o Papa Dâmaso, no ano 375, condena a afirmação de que o Verbo atua como a alma em Cristo e volta a este assunto em 378, condenando quem nega a integridade da natureza divina ou humana em Cristo. O apolinarismo é solenemente condenado no Concílio de Roma no ano 377. O I Concílio de Constantinopla (ano 381) se soma a esta condenação, rejeitando o apolinarismo junto com as heresias trinitárias (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.188-189).

O I Concílio de Constantinopla, foi um Concílio do oriente, convocado pelo imperador Teodósio. Seu objetivo era acabar com a heresia ariana no Oriente e proclamar a divindade do Espírito Santo. O Concílio promulgou um Credo, conhecido depois como Símbolo Niceno-Constantinopolitano e com quatro cânones disciplinares (cf. PAVÉS, 2016, p.197).

Apesar do enfoque do Concílio de Constantinopla não ser a cristologia, pois este Concílio reuniu-se principalmente para discutir questões pneumatológicas, sua doutrina é de capital importância para a compreensão cristã de Deus, pois este Concílio ressalta como constitutivo do cristão a realidade trinitária de Deus. Jesus Cristo não é apenas um homem exaltado, um profeta santificado no ventre de sua mãe, adotado ou escolhido por Deus no tempo, consagrado pelo pneuma ou recompensado por sua exemplaridade moral, mas é o Filho, consubstancial e eterno com o Pai e como tal Deus Encarnado para nós e para nossa salvação. O Espírito Santo não é apenas uma força, impulso ou inspiração que Deus concede aos homens para realizar missões divinas no mundo. Ele é o Espírito da Verdade, o Espírito de Cristo, que o Pai envia a pedido do Filho. Ele pertence à realidade constitutiva de Deus e é Deus (cf. CARDEDAL, 2001, p.247).

3.3 – O terceiro período: Os Concílios de Éfeso e de Calcedônia

O terceiro período é marcado por uma forma de reducionismo cristológico, que gira em torno da união da condição divina e da condição humana, concretizada em Jesus de Nazaré.

Ao fim do século IV, toda a teologia estava ciente da necessidade de manter firmemente a integridade das duas naturezas em Cristo. Niceia havia destacado a unidade de Cristo e a perfeita divindade do Verbo; a rejeição do apolinarismo, por sua vez, enfatizou que a unidade de Cristo não podia afirmar-se sobre a negação de uma humanidade completa. A afirmação da dupla natureza de Cristo, esclareceu pontos importantes do mistério da Encarnação e da mediação de Cristo. Essa mediação não deve ser compreendida como a mediação de alguém que estava ontologicamente entre Deus e homens – mediação de um ser intermediário–, mas como a mediação de alguém que, unindo em si o humano e o divino, pertence por sua própria natureza aos dois mundos. A mediação de Cristo realiza-se assim na unidade íntima de seu ser. Dada a importância da união das duas naturezas de Cristo, é natural

que a reflexão teológica se voltasse para o modo de como conceber esta união (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.191).

Neste período entram em debate duas escolas de teologia: a de Antioquia e a de Alexandria, que diferem na compreensão acerca do mistério de Cristo. Este debate tem seu auge na disputa entre Nestório, patriarca de Constantinopla, e Cirilo, patriarca de Alexandria. A dupla expressão Logos-sarks tem sido usada para indicar o ponto de vista central da cristologia alexandrina, e a expressão Logos-anthropos para indicar o ponto de vista diferenciador da cristologia antioquena (cf. CARDEDAL, 2001, p.250).

A cristologia alexandrina enfatiza que o Logos assumiu a nossa frágil realidade perecedora, a que dá o nome de *sarks*, priorizando assim o divino em detrimento do humano, ao passo que a cristologia antioquena defende que o Logos assumiu o homem, defendendo tanto a autonomia do humano quanto do divino.

A tradição alexandrina é mais antiga que a antioquena, seus autores são influenciados pelas características culturais da cidade de Alexandria, e, pelas tendências exegéticas e filosóficas de Filon de Alexandria, Clemente e Orígenes. Na cristologia, a tradição alexandrina caracteriza-se por oferecer decididamente uma cristologia de cima e seguindo o esquema Logos-sarx. Esta cristologia situa a unidade de Cristo precisamente no fato de que é o Verbo que tomou sobre si a carne, enfatiza que a humanidade de Jesus é a humanidade do Verbo. A pessoa do Verbo é, portanto, o centro de unidade das duas naturezas e responsável pelos atos da natureza humana. Assim, esses autores não encontram nenhuma dificuldade em chamar Maria de Theotókos, pois engendra a humanidade do Verbo. Os alexandrinos têm dificuldade em distinguir as duas naturezas em Cristo após a união. O monofisismo e o monotelismo foram suas expressões extremas mais freqüentes (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.195-196).

A tradição cristológica antioquena é posterior. Seu início é no final do século IV, precisamente na reação de Diodoro de Tarso contra o apolinarismo. Entre seus representantes mais proeminentes estão São João Crisóstomo, Teodoro de Mopsuéstia e Teodoreto de Ciro e Nestório. A tradição antioquena segue o esquema Logos-anthropos, enfatizando a humanidade de Cristo como humanidade completa e centro de operações. É, por isso, que sua cristologia pode ser considerada como a doutrina do *homo assumpto*. Antes de mais nada, ela se preocupa em sublinhar a distinção entre as duas naturezas. Precisamente por enfatizar a natureza humana de Cristo, preocupa-se também em salvar a transcendência divina e consequentemente

esforça para evitar conceber a união de ambas as naturezas como uma mistura entre o humano e o divino. Daí sua reserva diante do título de *Theotókos* atribuído a Maria, e sua tendência a considerar a encarnação como uma habitação do Verbo no homem Jesus. Não é que essa teologia não esteja preocupada com a unidade de Cristo, mas a tem em segundo plano, pois o que lhe interessa acima de tudo é manter a distinção entre as duas naturezas (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.196-197).

3.3.1 – O nestorianismo e a resposta do Concílio de Éfeso

Nestório leva ao limite a cristologia antioquena com sua preocupação em salvaguardar a integridade da natureza humana de Cristo, sua autonomia e liberdade, contra a compreensão alexandrina que parecia reduzi-la a um instrumento do Verbo, sem nenhuma consistência própria. Liderado por sua clara distinção entre as propriedades divinas e humanas em Cristo, negou a possibilidade de que Deus nasceu, sofreu e morreu. Aplicando sua reflexão à Mariologia, em sua pregação, ele rejeitou como errada a invocação de Maria como *Theotókos* (Mãe de Deus), expressão que aparece com a antífona *Sub tuum praesidium* (Sob tua proteção) no Egito já no século III. Com uma divisão tão radical das naturezas e sem atenção à unidade pessoal, Nestório não poderia chamar estritamente Maria de mãe de Deus, mas apenas mãe da natureza humana, não a mãe do Logos, mas a mãe de Cristo. Por isso, o título apropriado seria *Christotokos*, Mãe de Cristo. Sua pregação produziu reação popular e a dos bispos, incluindo o de Roma, Celestino I (cf. CARDEDAL, 2001, p.254-255).

Cirilo de Alexandria é quem encabeçou a reação contra o nestorianismo, justificando o *Theotókos* e afirmando que se deve atribuir ao Verbo as propriedades humanas e que o Verbo se uniu à carne segundo a *hypóstasis*. Ele é o primeiro que usa o termo *união hipostática*. Nestório não cede ante Cirilo e pede auxílio ao Papa Celestino que acaba por condená-lo, a disputa continua e o Imperador Teodoro II, convoca então o Concílio de Éfeso (cf. SAYES, 2005, p.230).

O Concílio de Éfeso não elabora uma nova fórmula dogmática. Os Padres conciliares limitaram-se a ler duas cartas: a segunda carta de Cirilo à Nestório, que é solenemente aprovada e, portanto, torna-se a doutrina oficial do Concílio, e a resposta de Nestório a esta carta, que é condenada (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.201).

Éfeso não quer oferecer uma nova fórmula, mas fazer uma interpretação autêntica de Niceia, aprovando a carta de Cirilo. O conteúdo da carta de Cirilo é uma inversão das declarações essenciais de Nestório. A carta fala de uma união segundo a hipóstase e que o Verbo se fez homem completo. Essa união é de tal natureza que vai além da capacidade de compreensão do homem. Se há duas naturezas que se unem, porém, o sujeito da união é um único Cristo e Filho; não há supressão das duas naturezas pela união, mas a divindade e a humanidade convergem dando-nos um único Senhor e Cristo. A partir desta afirmação do Filho único e da negação simultânea da existência de um homem comum sobre quem o Verbo desceu, conclui-se a afirmação da *Theotókos*. Obviamente, Maria não é a Mãe de Deus, porque Ele começa a existir ao nascer dela, nem porque Maria, como criatura, dá origem ao seu Criador, que seria puro panteísmo ou politeísmo, mas sim, porque o Verbo toma das entranhas de Maria o princípio de sua Encarnação, dela o Espírito Santo formou seu corpo animado por uma alma racional a que o Verbo foi unido de acordo com a hipóstase (cf. CARDEDAL, 2001, p.259).

O Concílio de Éfeso terminou em turbulência. A condenação e deposição de Nestório pelo Concílio foi seguida pela condenação e deposição de Cirilo pelos orientais. A oposição entre as abordagens alexandrina e antioquena pareciam irreduzíveis. Mas dois anos depois chega a uma fórmula de união graças ao esforço de muitos bispos e, especialmente de Cirilo e João de Antioquia. João de Antioquia escreve uma carta a Cirilo na qual insere uma confissão de fé, muito próxima dos ensinamentos de Éfeso e que contempla também a teologia antioquena, esta declaração é uma preparação para a fórmula dogmática a ser adotada no Concílio de Calcedônia (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.210).

3.2.1 – O monofisismo e a resposta do Concílio de Calcedônia

Levados por uma oposição radical a Nestório, alguns teólogos acabaram por cair no excesso oposto ao da heresia que combatiam. Dentre estes destaca-se a figura de Eutiques, monge de um convento nas imediações de Constantinopla, que deu origem a heresia chamada de monofisismo.

Eutiques afirma que Cristo é uma Pessoa de duas naturezas, mas que pela união entre as duas já não subsiste em duas naturezas, mas em uma natureza. A natureza humana teria sido absorvida no divino. Eutiques entendia que antes da encarnação havia duas naturezas, e que

após a encarnação havia apenas uma natureza divina em Cristo. Seu pensamento é sintetizado em sua frase: “confesso que antes da união Nosso Senhor era de duas naturezas, mas depois da união só há uma natureza” (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.216-217).

Eutiques era alguém bastante influente, mesmo tendo sido condenado a princípio, o Imperador Teodósio II convocou um sínodo em Éfeso que levantou a condenação de Eutiques. Este concílio foi rejeitado pelo Papa, não foi recebido na Igreja e foi designado como Concílio de ladrões, mas teve um efeito positivo: por causa de sua violência e radicalismo forçou um esclarecimento adicional sobre a cristologia que acontecerá no Concílio de Calcedônia. Este concílio foi convocado pelo imperador Marciano no dia 14 de Maio de 451 (cf. CARDEDAL, 2001, p.261-262).

O Concílio de Calcedônia foi um dos mais numerosos da antiguidade, tendo sido frequentado por mais de quatrocentos bispos. A fórmula da fé sancionada por este Concílio, é uma definição cristológica de suma importância e que tem sido um ponto de referência permanente no trabalho teológico. Eis a parte central da definição:

Seguindo, pois, os santos Padres, com unanimidade ensinamos que se confesse que um só e o mesmo Filho, o Senhor nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem <composto> de alma racional e de corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade, semelhante em tudo a nós, menos no pecado [cf. *Hb 4,15*], gerado do Pai antes dos séculos segundo a divindade e, nestes últimos dias, em prol de nós e de nossa salvação, <gerado> de Maria, a virgem, a Deípara, segundo a humanidade; um só e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, unigênito reconhecido em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação, não sendo de modo algum anulada a diferença das naturezas por causa da sua união, mas, pelo contrário, salvaguardada a propriedade de cada uma das naturezas e concorrendo numa só pessoa e numa só hipótese; não dividido ou separado em duas pessoas, mas um único e o mesmo Filho, unigênito, Deus Verbo, o Senhor Jesus Cristo, como anteriormente nos ensinaram a respeito dele os Profetas, e também o mesmo Jesus Cristo, e como nos transmitiu o Símbolo dos Padres.(DS,n.301-302).

O Concílio de Calcedônia como que compendia a tradição cristológica anterior e assim podemos destacar suas principais afirmações (cf. SAYES, 2005, p.232-233):

- O Filho é um só e mesmo, segundo a fórmula de Irineu.
- É verdadeiro Deus (contra o adocionismo) e verdadeiro homem (contra o docetismo).
- Como homem tem um corpo e uma alma (contra o apolinarismo)
- Consubstancial ao Pai, como disse Nicéia contra o arianismo.

- Consubstancial a nós, afirmação contra Apolinário e Eutiques.
- Nascido da Virgem, que é *Theotókos*, como disse Éfeso e o Símbolo da União.
- Fala de duas naturezas e não diz “de” duas naturezas. Se falasse “de” duas naturezas, poderia dar margem ao monofisismo, que afirmava que de duas naturezas antes da união se chega a uma natureza depois da união.

Em Calcedônia se chega a uma linguagem que terá uma aceitação quase universal: uma hipóstase em duas naturezas. É uma expressão que articula delicadamente a unidade concreta de Cristo com sua dupla consubstancialidade. O Concílio de Calcedônia quer dizer apenas que o mesmo sujeito – o Verbo – é Deus e homem. A distinção de naturezas é feita neste quadro de unidade. Deve-se enfatizar que nesta definição dogmática não apenas a distinção de naturezas em Cristo é afirmada, mas acrescenta-se que a união hipostática foi feita “salva a propriedade de ambas as naturezas”. Em outras palavras, ressalta-se que, após a união, cada natureza continua conservando suas próprias características no ser e no agir, sem confundir uns aos outros (cf. OCÁRIZ, MATEO-SECO e RIESTRA, 2004, p.224).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa surgiu como uma proposta para associar as passagens de Ex 3,14, onde Deus aparece a Moisés dizendo: “Eu Sou Aquele que Sou”, com a passagem de Jo 8,58 na qual Jesus diz: “antes que Abraão existisse, Eu Sou”. Tendo esse propósito, o trabalho se preocupou em abordar a questão do “Eu Sou” no Quarto Evangelho, para analisar a cristologia do evangelista, e, depois, passou para o estudo das principais definições cristológicas dos primeiros concílios da Igreja. Todavia, para alcançar tal objetivo, primeiro é preciso conhecer as heresias cristológicas que marcaram os primeiros séculos da História da Igreja; pois, somente tendo clareza das heresias e dos erros teológicos que elas representam, é que ficará claro o conteúdo das definições dogmáticas a respeito da pessoa de Jesus Cristo.

O primeiro capítulo começou apresentando uma introdução ao Livro do Êxodo, este livro narra a saída dos israelitas do Egito e a chegada deles ao monte Sinai. Por causa da opressão que eles viviam no Egito, a saída deles daquela terra estrangeira foi um grande sinal de libertação. Segundo Ska (2016, p.118), o fio condutor do Livro do Êxodo é a “presença de Deus”, logo, durante todo o livro do Êxodo, Deus se revela como um Deus preocupado com o bem-estar de seu povo: “Eu vi a humilhação de meu povo no Egito e ouvi seu clamor por causa da dureza dos feitores. Sim, eu conheço seu sofrimento. Desci para livrá-los da mão dos egípcios e fazê-los sair dessa terra para uma terra boa” (Ex 3,7-8).

No momento em que Deus se revela a Moisés dizendo: “Eu Sou Aquele que Sou”, Ele está manifestando a sua identidade e a sua missão. Existem duas traduções possíveis para o termo YHWH, que são elas: “Eu Sou Aquele que Sou” e “Eu sou o que serei”. A primeira tradução: “Eu Sou Aquele que Sou”, pode ser considerada num sentido filosófico-metafísico, onde Deus é o Ser por excelência do qual se originam todos os outros seres, Ele existe desde sempre e tudo tem a sua causa de existir nele. Na segunda tradução: “Eu sou o que serei”, significa que Deus vai se fazendo conhecer gradativamente na história através das suas palavras e ações.

Na segunda parte, do primeiro capítulo, foi trabalhado o conceito de “Eu Sou” mediante as três formas do termo que aparecem no Evangelho de João, a saber, o uso *simples* ou *declarativo* quando o sujeito faz afirmações sobre si mesmo ou responde a uma pergunta; o uso com predicado que é quando Jesus faz uma afirmação sobre si a partir de uma imagem do

dia a dia; e o uso absoluto, quer dizer, sem predicado, para Brown (2020, p.841-842), o significado do “Eu Sou” absoluto de Jo 8,24.28.58 e 13,19 é pressuposto por Mt 24,5; Mc 13,6 e Lc 21,8, ou seja, “muitos virão em meu nome, dizendo: Sou Eu”, porém, um único é o Messias, isto é, o redentor prometido por Deus; e este é Jesus Cristo. Conforme Malzoni (2018, p.171), o sentido implícito dessas passagens (Jo 8,24.28.58 e 13,19) estaria na sua relação com Ex 3,14. Em seguida, é realizado um estudo sobre Jo 8,12-59 e 13,1-20, tendo como foco principal mostrar o uso que é feito do termo “Eu Sou” nesse trecho do Quarto Evangelho.

O segundo capítulo, tratou da cristologia, primeiramente abordando a cristologia e o Evangelho de João. Segundo o Papa Bento XVI: “ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo” (DCE, n.1). Deste modo, o evangelista João destaca que o encontro de Deus com a humanidade se deu com a entrega do Filho Unigênito ao mundo, para que todo aquele que crer no Filho do Homem seja salvo por Ele (Jo 3,16).

Na segunda parte, do segundo capítulo, a pesquisa se perguntou: quem é Jesus? Ele é uma pessoa de duas naturezas, divina e humana. Para sustentar a divindade de Cristo, o trabalho se baseou na Sagrada Escritura e no Magistério da Igreja, buscando apresentar as definições dogmáticas a respeito de Jesus Cristo. Depois disso, a investigação se debruçou sobre a natureza humana de Jesus. Para fazer isso, primeiro foi necessário falar de antropologia, isto é, o que é o homem? Sem saber o que é o homem, não é possível saber o que Jesus assumiu ao se encarnar. E, por causa da sua união hipostática, quer dizer, a união das duas naturezas (divina e humana) na única pessoa do Verbo, é que Cristo pode exercer a função de Mediador entre Deus e os homens.

O terceiro capítulo mostrou o desenvolvimento do dogma cristológico. A principal confissão cristológica do Novo Testamento é: “Jesus de Nazaré é o Cristo e o Filho de Deus”, e a tarefa de toda a cristologia posterior, consistiu em esclarecer a natureza dessa afirmação. A doutrina cristológica, desenvolveu-se nos primeiros séculos, no contexto do encontro entre a fé cristã e a filosofia helênica. Tal encontro, foi fundamental para fornecer a teologia cristológica e trinitária muitos dos conceitos teológicos que são utilizados para explicar tanto a Pessoa do Verbo em suas duas naturezas, como elucidar a própria compreensão da Trindade.

A palavra heresia vem do termo grego *haíresis*, que significa escolha, o herege seleciona a parte da verdade que lhe agrada e descarta o resto. Sendo assim, todas as heresias

cristológicas não passaram de reducionismos da Pessoa de Jesus Cristo. O adocionismo que negava a divindade de Cristo antes do batismo; excluindo o fato de que desde o princípio o Verbo estava com Deus (Jo 1,2). O docetismo que negava o verdadeiro corpo de Jesus, negando a realidade da encarnação (Jo 1,14). Apolinário que negava a alma de Cristo, deixando de lado a verdade católica de que o Verbo assumiu para si uma alma racional e um corpo. Ário que negava a divindade de Cristo, afirmando que Ele seria a primeira e a mais perfeita das criaturas, mas que não era consubstancial ao Pai; para combater-lo o Concílio de Niceia e mais tarde o Primeiro Concílio de Constantinopla argumentou que Cristo é gerado não criado, consubstancial ao Pai, ou seja, da mesma natureza que Pai. Enfim, Jesus nasceu da Virgem Maria, sem deixar de ser Deus, por isso, subsiste em duas naturezas sem divisão ou confusão; logo, se não há divisão em Jesus, Maria é Mãe da Pessoa do Verbo, não somente de sua natureza humana; portanto, Maria é Mãe de Deus, contra a doutrina de Nestório.

Em resumo, a fé cristã católica é essencialmente cristológica: a Trindade é revelada no Filho; a missão do Verbo feito carne (Jo 1,14), é a de dar a conhecer o Pai (Mt 11,27 e Jo 1,18); e, uma vez que Ele revelou a imagem do Pai, Ele envia o Espírito Santo (Jo 14,16 e 16,7). A Virgem Maria também só tem razão de ser por causa do Filho, os quatro dogmas marianos – a concepção imaculada, a virgindade perpétua, a maternidade divina e a assunção gloriosa aos céus – todos esses privilégios são concedidos a Maria em vista dos méritos do seu Filho. Além disso, a Igreja nasce do lado aberto de Cristo na Cruz (cf. CaIC, n.766), de lá surgem também os sacramentos, que edificam a mesma Igreja (cf. CaIC, n.1118), e todos eles – o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos enfermos, a Ordem e o Matrimônio – saem de Cristo que é o seu autor (cf. CaIC, n.1116). Por fim, o próprio ser humano só encontra a sua razão de ser no encontro com Jesus Cristo; Nele o homem descobre o maravilhoso plano de salvação operado por Deus na história, e presente no mundo por meio da Igreja, que dispensa os frutos do Mistério Pascal nos sacramentos, em especial, no sacramento da Eucaristia (cf. CaIC, n.1076).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Sagrada Escritura:

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. São Paulo, 1ª Ed., 2002.

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA**. Tradução oficial da CNBB. 4ª Ed., 2020.

BÍBLIA, N T. Português. **NOVO TESTAMENTO**. Tradução de Pe. Matos Soares – Campinas, SP: Ecclesiae, 2019.

Livros:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. -5º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Evangelho e ao Apocalipse de São João – Tomo II** – São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

ALBERIGO, Giuseppe (org). **História dos concílios ecumênicos**. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ANDIÑACH, Pablo R. **O Livro do Êxodo: um comentário exegetico-teológico**. Tradução de Nelson Kilpp. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

AQUINO, TOMÁS. **Suma Teológica**, Ia. 1ª Ed. São Paulo: Editora Ecclesiae e Editora Permanência, 2016.

BARRIENDOS, Vicente Ferrer. **Jesus Cristo Nosso Salvador – Iniciação à Cristologia**. Traduzido por Antônio Mexia Alves. 1ª Ed. Lisboa: DIEL, 2005.

BEUTLER, Johannes. **Evangelho segundo João: comentário**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BROWN, Raymond Edward. **Comentário ao Evangelho segundo João Volume 1 (1-12)**. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2020.

BROWN, Raymond Edward. **Comentário ao Evangelho segundo João Volume 2 (13 - 21)**. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2020.

CARDEDAL, O. González DE. **Cristología**. Madri: BAC, 2001.

CELAM. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

COSTA, França. **Jesus Cristo, o único Salvador: Cristologia-Soteriologia**. São Paulo: Cultor de Livros, 2019.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Atualizada por Johan Konings, com base na 43ª ed. Alemã (2010), preparada por Peter Hünermann e Helmut Hoping – 3ª ed. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.

DODD, Charles Harold. **A interpretação do Quarto Evangelho**. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

DUPUIS, Jacques. **Introdução a Cristologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANGIOTTI, Roque. **História das heresias: séculos I-VII: conflitos ideológicos dentro do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1995.

KANNENGIESSER, C., In: LACOSTE, J-Y. **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Paulinas/Vozes, 2004.

LADARIA, F Luis. **Introdução à Antropologia Teológica**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. 7ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÓPEZ, Felix Garcia. **O Pentateuco: introdução à leitura dos cinco primeiros livros da Bíblia**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2004.

MALZONI, Cláudio Vianney: **Evangelho segundo João**. São Paulo: Editora: Paulinas, 2018.

MARGUERAT, Daniel. **Novo Testamento: história, escritura e teologia**. Tradução Margarida Oliveira. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARÍN, Antonio Royo. **Jesus Cristo e a Vida Cristã**. Traduzido por Ricardo Harada. 1ª Ed. Campinas, SP: CEDET, 2020.

OCÁRIZ, Fernando; MATEO-SECO, Lucas F; RUESTRA José Antônio. **El Misterio de Jesucristo**. 3 ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2004.

PAVÉS, José Rico, Cristología y soteriología. **Introducción teológica al Misterio de Jesucristo**. Madrid: BAC, 2016.

RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré: contribuição para a cristologia**. Obras Completas, Vol. 6, Tomo I. 1ª Ed. Brasília: Edições CNBB, 2021.

SAYÉS, José Antonio. **Señor y Cristo: Curso de Cristología**, Madri: Ediciones Palabra, 2005.

SESBOÛE, B., SJ (dir.); WOLINSKI, J., **História dos Dogmas – O Deus da Salvação (Séculos I – VIII), tomo 1**, 2ª Ed., Loyola, São Paulo, 2002.

SIMONETTI, In: DI BERARDINO, A. (org.). **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Medievais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SKA, Jean-Louis. **O Canteiro do Pentateuco**. Tradução: Jaime A. Clasen, Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2016.

SKA, Jean Louis. **Introdução à leitura do Pentateuco: Chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VIERA, Antônio. **Sermões do Padre Antônio Vieira**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

Magistério:

Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Organização geral Lourenço Costa. Tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

BENTO XVI. **Deus Caritas Ets**. Encíclicas de Bento XVI. Organização e apresentação de Rudy Albino de Assunção. São Paulo: Paulus, 2021.

BENTO XVI. **Verbum Domini**. 5ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

Artigo:

GUERRA, Danilo Dourado. **Apontamentos sobre cristologia joanina**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i93.41734/pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.